



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

Sexta-feira, 3 de julho de 2015

Número 128

## ÍNDICE

### Assembleia da República

#### Lei n.º 65/2015:

Primeira alteração à Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, estabelecendo a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade . . . . . 4572

#### Resolução da Assembleia da República n.º 74/2015:

Recomenda ao Governo a implementação de medidas de proteção e apoio à atividade apícola . . . 4572

#### Resolução da Assembleia da República n.º 75/2015:

Recomenda ao Governo a implementação de medidas urgentes que conduzam ao aumento da literacia financeira no curto prazo . . . . . 4572

### Ministério dos Negócios Estrangeiros

#### Portaria n.º 197/2015:

Procede à regulamentação do processo eleitoral do Conselho das Comunidades Portuguesas e revoga a Portaria n.º 112/2008, de 6 de fevereiro . . . . . 4573

#### Aviso n.º 50/2015:

Torna público que a República Portuguesa depositou, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 14.º da Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais Num Contexto Trans-fronteiras, o seu instrumento de ratificação da Emenda adotada pela Decisão II/14 na Segunda Conferência das Partes, realizada em Sófia, na Bulgária, em 27 de fevereiro de 2001. . . . . 4576

### Ministério da Agricultura e do Mar

#### Decreto-Lei n.º 123/2015:

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, que estabelece medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do nemátodo da madeira do pinheiro, conformando-o com as Decisões de Execução n.ºs 2012/535/UE, da Comissão, de 26 de setembro de 2012, e 2015/226/UE, da Comissão, de 11 de fevereiro de 2015 . . . . . 4576

*Nota.* — Foi publicado um suplemento ao *Diário da República*, n.º 126, de 1 de julho de 2015, onde foi inserido o seguinte:

### Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

#### Portaria n.º 196-A/2015:

Define os critérios, regras e formas em que assenta o modelo específico da cooperação estabelecida entre o Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I. P.) e as instituições particulares de solidariedade social ou legalmente equiparadas. . . . . 4564-(2)

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### Lei n.º 65/2015

de 3 de julho

#### Primeira alteração à Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, estabelecendo a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

#### Artigo 1.º

Alteração à Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto

O título e os artigos 1.º e 4.º da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, que estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade, passam a ter a seguinte redação:

**«Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade.**

#### Artigo 1.º

[...]

1 — .....

2 — A presente lei consagra, ainda, a universalidade da educação pré-escolar para todas as crianças a partir do ano em que atinjam os 4 anos de idade.

#### Artigo 4.º

[...]

1 — A educação pré-escolar é universal para todas as crianças a partir do ano em que atinjam os 4 anos de idade.

2 — .....»

#### Artigo 2.º

##### Regulamentação

1 — O Governo regulamenta, por decreto-lei, no prazo de 180 dias a partir da data de entrada em vigor da presente lei, as normas que regulam a universalidade da educação pré-escolar relativamente às crianças que atinjam os 4 anos de idade, de modo a assegurar a sua implementação a partir do ano letivo 2016/2017.

2 — A regulamentação prevista no número anterior abrange o processo de avaliação da implementação da universalidade da educação pré-escolar às crianças com 4 anos de idade e os mecanismos de aferição da possibilidade de estender a universalidade às crianças com 3 anos de idade, bem como a definição do respetivo prazo.

### Artigo 3.º

#### Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no prazo de 30 dias após a sua publicação.

Aprovada em 15 de maio de 2015.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Promulgada em 24 de junho de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 29 de junho de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

### Resolução da Assembleia da República n.º 74/2015

#### Recomenda ao Governo a implementação de medidas de proteção e apoio à atividade apícola

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo que:

1 — Garanta medidas de desburocratização do Programa Apícola Nacional e de estabilidade no financiamento das associações, de modo que estas possam garantir a estabilidade dos seus corpos técnicos.

2 — Garanta celeridade na aprovação das candidaturas ao Plano Apícola Nacional.

3 — Adeque as regras para criação de Organização de Produtores às características do setor apícola nacional, nomeadamente valorizando o número de produtores e a produção na sua criação e não o volume de negócios.

Aprovada em 5 de junho de 2015.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

### Resolução da Assembleia da República n.º 75/2015

#### Recomenda ao Governo a implementação de medidas urgentes que conduzam ao aumento da literacia financeira no curto prazo

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo:

1 — Uma reanálise da abrangência e implementação do Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), envolvendo as entidades supervisoras, a ter lugar em sede de Comité Nacional para a Estabilidade Financeira.

2 — O reforço da estratégia espelhada no PNFF de forma a ter objetivos claros de curto prazo junto dos grupos mais vulneráveis, designadamente pensionistas e reformados.

3 — O reforço de indicadores de avaliação de impacto junto destes grupos, numa ótica de curto prazo.

4 — A inclusão obrigatória nos currículos escolares de disciplinas ou vertentes de educação e literacia financeira, ajustadas aos diversos escalões etários.

5 — Defender, a nível europeu, uma maior coordenação e atenção aos temas da literacia financeira, nomeadamente no que respeita ao mandato das Autoridades Europeias de Supervisão.

Aprovada em 5 de junho de 2015.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS****Portaria n.º 197/2015**

de 3 de julho

A Lei n.º 29/2015, de 16 de abril, que alterou e republicou a Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro, que define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas, estabelece no n.º 1 do artigo 4.º que compete ao membro do governo responsável pelas áreas da emigração e das comunidades portuguesas marcar a data das eleições dos membros do Conselho e coordenar o respetivo processo eleitoral.

Assim, considerando o disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 29/2015, de 16 de abril e no n.º 1 do Despacho n.º 6774/2015, de 9 de junho de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 116, de 17 de junho de 2015, manda o Governo, pelo Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas o seguinte:

**Artigo 1.º****Objeto**

A Presente Portaria procede à regulamentação do processo eleitoral do Conselho das Comunidades Portuguesas.

**Artigo 2.º****Organização dos cadernos eleitorais**

1 — A Administração Eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, através do SIGRE, gera e disponibiliza às comissões recenseadoras os cadernos eleitorais em formato eletrónico, com vista à sua impressão e utilização no ato eleitoral, de onde devem constar os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro que tenham completado 18 anos até 60 dias antes de cada eleição e sejam eleitores da Assembleia da República.

2 — Os cadernos eleitorais estão obrigatoriamente concluídos até ao dia 8 de julho de 2015.

**Artigo 3.º****Consulta dos cadernos**

Para efeitos de informação, são publicitadas nos postos consulares, entre os dias 13 e 23 de julho, cópias fiéis dos cadernos eleitorais.

**Artigo 4.º****Apresentação de listas**

1 — A apresentação das listas de candidatura cabe ao primeiro subscritor de cada lista e tem lugar, perante o representante diplomático ou consular de Portugal no respetivo círculo eleitoral, ou quem o substitua, entre os dias 7 e 17 de agosto de 2015.

2 — Os candidatos devem apresentar na ocasião, certificado de registo criminal português, bem como do país de residência, ou documento equivalente.

**Artigo 5.º****Sorteio das listas apresentadas**

1 — O representante diplomático ou consular do círculo eleitoral respetivo, ou quem o substitua, procede, na presença dos candidatos ou dos seus mandatários que

compareçam, ao sorteio das listas apresentadas, para o efeito de lhes atribuir uma ordem nos boletins de voto, lavrando-se auto do sorteio.

2 — O sorteio previsto no número anterior realiza-se no dia seguinte ao termo do prazo para a apresentação de candidaturas.

3 — O resultado do sorteio é afixado em local público, no exterior e no interior dos postos ou secções consulares, bem como em local público, no exterior e no interior das sedes das organizações não governamentais onde o ato eleitoral venha também a ocorrer.

**Artigo 6.º****Reclamações**

1 — Da decisão do representante diplomático ou consular do círculo eleitoral respetivo, ou quem o substitua, relativa às candidaturas apresentadas cabe reclamação para o próprio, no prazo de dois dias após a publicação referida no artigo anterior.

2 — O representante diplomático ou consular do círculo eleitoral respetivo, ou quem o substitua, decide definitivamente, no prazo de dois dias a contar da data da receção da reclamação, notificando de imediato a sua decisão.

**Artigo 7.º****Publicitação das listas**

As listas definitivamente admitidas são de imediato afixadas em local público, no exterior e no interior das instalações dos postos ou secções consulares, bem como em local público, no exterior e no interior das sedes das organizações não governamentais onde o ato eleitoral venha também a ocorrer.

**Artigo 8.º****Constituição das comissões eleitorais**

1 — Em cada posto consular onde existam eleitores é constituída uma comissão eleitoral, composta por um representante de cada posto ou secção consular, que preside, e por um representante de cada lista concorrente no respetivo círculo eleitoral.

2 — Até ao dia 19 de agosto, os candidatos ou mandatários das diferentes listas indicam por escrito ao presidente da comissão os seus representantes para as respetivas comissões.

**Artigo 9.º****Organizações não governamentais**

1 — As organizações não governamentais que pretendam realizar o ato eleitoral na sua sede, devem apresentar a candidatura até ao dia 2 de agosto, perante o titular do posto ou secção consular.

2 — O titular do posto ou secção consular submete à comissão eleitoral as candidaturas das organizações não governamentais, que delibera sobre a sua admissibilidade.

3 — Reúnem as condições adequadas para a realização do ato eleitoral na sua sede, as organizações não governamentais que:

a) Sejam como tal qualificadas, de acordo com a legislação local aplicável;

b) Se encontrem localizadas em zona de fácil acesso para um mínimo de 1000 eleitores, ou menos sempre que a comissão eleitoral assim o decida ponderando fatores

como a segurança, a distância geográfica e a dificuldade de acesso ou transporte;

c) Sejam por unanimidade, no seio da comissão eleitoral, consideradas idóneas para o efeito;

d) Se encontrem em área onde o posto consular competente disponha de meios técnicos, nomeadamente informáticos, para elaborar extratos de cadernos eleitorais;

e) Declarem que a realização do ato eleitoral na sua sede não envolve encargos para o Estado Português.

4 — O presidente da comissão eleitoral notifica as organizações não governamentais da decisão fundamentada de aceitação ou recusa das respetivas candidaturas à realização do ato eleitoral, até ao dia 20 de agosto de 2015.

#### Artigo 10.º

##### Mesas de voto

1 — A cada posto ou secção consular, ou a cada sede de uma organização não governamental em que se realize o ato eleitoral, corresponde uma mesa de voto.

2 — Até ao dia 22 de agosto, o titular do posto ou secção consular anuncia por editais afixados em local público, no exterior das instalações do posto ou secção consular e das organizações não governamentais onde se realiza o ato eleitoral, os locais onde funcionam as mesas de voto, e, com os representantes das listas, asseguram a sua divulgação junto da comunidade portuguesa.

3 — Até ao dia 21 de agosto, os candidatos ou mandatários das diferentes listas indicam por escrito ao presidente da comissão os seus representantes para as mesas de voto.

4 — As mesas e as secções de voto são constituídas por um presidente, pelo seu suplente e por três vogais, sendo um secretário e dois escrutinadores. Para a validade das operações eleitorais é necessário a presença, em cada momento, do presidente ou do seu suplente e de, pelo menos, dois vogais.

5 — Quando a mesa de voto funcionar na sede de uma organização não governamental, o presidente da comissão eleitoral notifica-as da composição das mesas, e entrega os extratos dos cadernos eleitorais, de onde constem as inscrições dos eleitores que exerçam o seu direito de voto na respetiva organização.

6 — Nos casos em que o número de eleitores seja superior a 1000, as mesas de voto podem, por iniciativa do titular do posto ou secção consular, ser desdobradas em secções de voto.

#### Artigo 11.º

##### Campanha Eleitoral

1 — O período de campanha eleitoral inicia-se no dia 23 de agosto e finda às 24 horas do dia 4 de setembro.

2 — A promoção e a realização da campanha eleitoral cabe aos candidatos e proponentes de listas, sem prejuízo da participação ativa de quaisquer elementos da comunidade portuguesa residentes no círculo em que se realiza a eleição.

3 — A campanha eleitoral deve respeitar a legislação aplicável no país de acolhimento.

4 — Os candidatos e proponentes das listas têm direito, por parte das autoridades portuguesas, à igualdade de tratamento e à imparcialidade em qualquer intervenção nos procedimentos eleitorais.

#### Artigo 12.º

##### Exercício do direito de sufrágio

1 — O direito de voto é exercido diretamente e presencialmente pelo cidadão eleitor, não sendo admitida qualquer forma de representação ou delegação do seu exercício.

2 — O eleitor afetado por doença ou deficiência físicas notórias vota acompanhado de outro eleitor por si escolhido, que garanta a fidelidade de expressão do seu voto e que fique obrigado a sigilo absoluto.

3 — A cada eleitor só é permitido votar uma vez.

4 — Cada eleitor dispõe de um voto singular de lista.

5 — Nenhum eleitor pode, nos locais de voto, revelar ou ser obrigado a revelar o sentido da sua escolha eleitoral.

#### Artigo 13.º

##### Boletins de voto

1 — O representante diplomático ou consular do círculo eleitoral respetivo, ou quem o substitua, envia a cada posto consular onde funcionam as comissões eleitorais, previstas no artigo 13.º da Lei n.º 29/2015 de 16 de abril, a relação completa das listas definitivamente admitidas, bem como um exemplar da matriz do boletim de voto nesse mesmo círculo.

2 — Os boletins de voto têm a forma retangular, com as dimensões apropriadas para neles caber a indicação de todas as listas submetidas à votação em cada círculo e são impressos em papel branco, liso e opaco.

3 — Cada boletim de voto deve conter uma indicação da eleição e do círculo eleitoral de que se trata, bem como as denominações, as siglas e os símbolos dos proponentes de candidaturas, dispostos horizontalmente, uns abaixo dos outros, pela ordem resultante do sorteio efetuado nos termos do artigo 5.º

4 — Na linha correspondente a cada candidatura figura um quadrado em branco, destinado a ser assinalado com a escolha do eleitor.

5 — O titular do posto ou secção consular respetivo, ou quem o substitua, remete, até ao dia 3 de setembro, a cada presidente das mesas de voto, em sobrescrito fechado e lacrado, os boletins de voto, em número igual ao dos eleitores inscritos na mesa de voto mais 20 %.

#### Artigo 14.º

##### Abertura da votação

1 — O ato eleitoral só se poderá realizar com a participação do presidente da mesa ou quem o substitua, indicado pelo titular do posto ou secção consular da respetiva área consular, em caso de manifesta impossibilidade de aquele estar presente.

2 — Constituídas as mesas ou secções de voto, o seu presidente declara iniciadas as operações eleitorais e, procede com os representantes de cada lista à revista da câmara de voto e dos documentos de trabalho da mesa, exibindo a urna perante os presentes, para que todos atestem que se encontra vazia.

3 — Não havendo nenhuma irregularidade, votam imediatamente o presidente e os representantes das listas que se encontrem inscritos no respetivo círculo eleitoral.

#### Artigo 15.º

##### Horários e decurso da votação

1 — No dia das eleições, após a constituição das mesas, é de imediato afixado em local público exterior das instalações onde funcionam mesas ou secções de voto,

um edital, assinado pelo presidente, contendo as listas completas, incluindo os nomes e referências de todos os candidatos, efetivos e suplentes.

2 — As mesas e as secções de voto reúnem-se no dia marcado para as eleições, às 8 horas da manhã, do país em que decorre o ato eleitoral, sendo afixado em local público exterior dos locais onde funcionam mesas ou secções de voto, um edital, assinado pelo presidente, indicando a respetiva composição.

3 — As mesas e as secções de voto consideram-se em funcionamento até se concluírem todas as operações de votação e apuramento dos resultados.

#### Artigo 16.º

##### Procedimento de identificação de cada eleitor

1 — Cada eleitor, apresentando-se perante a mesa, indica o seu número de inscrição no recenseamento eleitoral e o seu nome, entregando ao presidente o seu cartão de cidadão ou bilhete de identidade, se o tiver, passaporte, ou outro documento que contenha fotografia atualizada.

2 — Na falta de documento a que se refere o número anterior, a identificação do eleitor faz-se através de dois cidadãos eleitores que atestem, sob compromisso de honra, a sua identidade, ou ainda por reconhecimento unânime dos membros da mesa.

3 — Se o eleitor não indicar o seu número de inscrição no recenseamento eleitoral, aguardará oportunidade em que não haja outros eleitores na fila, para efeitos de pesquisa das suas referências nos cadernos eleitorais.

4 — Reconhecido o eleitor, o presidente diz em voz alta o número de inscrição no recenseamento e o nome e, depois de verificada a inscrição, entrega ao eleitor um boletim de voto.

5 — Em seguida, o eleitor deve dirigir-se ao local de voto na mesa ou secção e sozinho marca uma cruz no quadrado correspondente à lista em que vota e dobra o boletim de voto em quatro ou em oito, consoante a dimensão.

6 — Voltando para junto da mesa, o eleitor entrega o boletim ao presidente, que o introduz na urna, enquanto os escrutinadores descarregam o voto, rubricando os cadernos eleitorais na coluna a isso destinada e na linha correspondente ao nome do eleitor.

7 — Se, por inadvertência, o eleitor deteriorar o boletim, deve pedir outro ao presidente, devolvendo-lhe o primeiro.

8 — Na situação prevista no número anterior, o presidente escreve no boletim devolvido a nota «inutilizado», rubrica-o para o anexar à ata da mesa.

#### Artigo 17.º

##### Encerramento da votação

A admissão de eleitores nas mesas ou secções de voto só é permitida até às 19 horas locais, tempo a partir do qual só poderão votar os eleitores que se encontrem presentes no interior das instalações.

#### Artigo 18.º

##### Apuramento

Encerrada a votação, o presidente da mesa, pela ordem a seguir indicada:

a) Procede à contagem dos boletins não utilizados e dos inutilizados pelos eleitores, encerrando-os num sobrescrito, que fecha e lacra;

b) Manda contar os votantes pelas descargas efetuadas nos cadernos eleitorais;

c) Manda abrir e voltar a urna de modo que dela caiam todos os boletins de voto nela inseridos, conta-os e volta a introduzi-los na mesma;

d) Em caso de divergência entre o número de votante apurados e dos boletins de voto contados, prevalece, para efeitos de apuramento, o dos boletins de voto entrados na urna;

e) Manda proceder à contagem dos votos nos termos do artigo 102.º da Lei Eleitoral para a Assembleia da República, com as devidas adaptações;

f) Após a contagem dos votos, o presidente comunica o apuramento provisório à comissão eleitoral da respetiva área e ao representante diplomático ou consular da sede do círculo eleitoral, ou quem o substitua;

g) Determina a elaboração da ata das operações de votação e apuramento, nos termos do artigo 105.º da Lei Eleitoral para a Assembleia da República, encerrando-se os trabalhos;

h) Envia à comissão eleitoral da respetiva área as atas de apuramento dos resultados eleitorais, rubricadas por todos os membros que constituíram a mesa;

i) No final dos trabalhos, envia os documentos respeitantes à eleição ao representante diplomático ou consular da sede do círculo eleitoral, ou quem o substitua.

#### Artigo 19.º

##### Voto branco ou nulo

1 — Considera-se voto em branco o do boletim de voto que não tenha sido objeto de qualquer tipo de marca.

2 — Considera-se voto nulo o do boletim de voto:

a) No qual tenha sido assinalado mais de um quadrado ou quando haja dúvidas sobre qual o quadrado assinalado;

b) No qual tenha sido assinalado o quadrado correspondente a uma lista que tenha desistido das eleições ou não tenha sido admitida;

c) No qual tenha sido feito qualquer corte, desenho ou rasura ou quando tenha sido escrita qualquer palavra.

3 — Não se considera nulo o do boletim de voto no qual a cruz, embora não perfeitamente desenhada ou excedendo os limites do quadrado, assinale inequivocamente a vontade do eleitor.

#### Artigo 20.º

##### Dúvidas, reclamações, protestos e contraprotostos

1 — Qualquer eleitor inscrito na assembleia de voto ou qualquer dos representantes das listas pode suscitar dúvidas e apresentar por escrito reclamação, protesto ou contraprotosto relativos às operações eleitorais na mesa ou na secção e instruí-los com os documentos convenientes.

2 — A mesa recebe todas as reclamações, os protestos e os contraprotostos, devendo rubricá-los e anexá-los às atas.

3 — A mesa delibera a qualquer tempo sobre as reclamações, protestos e contraprotostos de molde a que isso não afete o curso normal da votação.

4 — Todas as deliberações da mesa são tomadas por maioria absoluta dos membros presentes e fundamentadas, tendo o presidente voto de desempate.

## Artigo 21.º

## Apuramento geral

1 — O apuramento dos resultados da eleição em cada círculo eleitoral e a proclamação dos candidatos eleitos competem a uma assembleia de apuramento geral, que inicia os seus trabalhos às 9 horas do dia 8 de setembro, na Embaixada de Portugal na sede do círculo eleitoral, e tem a composição prevista no n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 29/2015, de 16 de abril.

2 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o apuramento geral é regulado, com as devidas adaptações, pelo disposto nos artigos 109.º e seguintes da Lei Eleitoral para a Assembleia da República.

3 — O apuramento geral deve estar concluído até ao dia 16 de setembro, com a proclamação dos resultados pelo presidente.

4 — Os resultados são publicados por meio de edital afixado em local público no exterior das instalações da Embaixada de Portugal e dos postos consulares da respetiva área territorial.

5 — Os resultados gerais da eleição são publicitados no portal do Governo e no sítio da Internet do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

## Artigo 22.º

## Ata do apuramento geral

1 — Os presidentes das assembleias de apuramento geral enviam ao Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, por mala especial, no dia 17 de setembro, a ata donde constem os resultados do apuramento geral, as reclamações, os protestos e os contraprotostos enviados pelas assembleias de voto.

2 — O Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas decide definitivamente sobre as reclamações, protestos ou contraprotostos mencionados no número anterior.

3 — O Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas só declara a nulidade da votação numa assembleia de voto ou em todo o círculo quando se hajam verificado ilegalidades que possam influir no resultado geral da eleição no círculo.

## Artigo 23.º

## Impossibilidade de realização na data estipulada

Se, por razões justificáveis relacionadas com o país de acolhimento, as eleições não se realizarem no dia 6 de setembro de 2015, podem ser adiadas, pelo prazo máximo de uma semana, de acordo com a decisão a tomar pelo respetivo Embaixador de Portugal, que deve divulgar em simultâneo todos os resultados de cada um dos círculos eleitorais atingidos.

## Artigo 24.º

## Legislação Revogada

É revogada a Portaria n.º 112/2008, de 6 de fevereiro.

## Artigo 25.º

## Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, *José de Almeida Cesário*, em 2 de julho de 2015.

## Aviso n.º 50/2015

Por ordem superior se torna público que, em 22 de maio de 2015, a República Portuguesa depositou junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 14.º da Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras, adotada em Espoo, em 25 de fevereiro de 1991, o seu instrumento de ratificação da Emenda adotada pela Decisão II/14 na Segunda Conferência das Partes, realizada em Sófia, na Bulgária, em 27 de fevereiro de 2001.

Em cumprimento do n.º 4 do artigo 14.º da referida Convenção, a Emenda entrará em vigor para a República Portuguesa no dia 20 de agosto de 2015.

Portugal é Parte da Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras, aprovada pelo Decreto n.º 59/99, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 292, de 17 de dezembro de 1999, tendo depositado o seu instrumento de ratificação a 6 de abril de 2000, conforme Aviso publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 226, de 29 de setembro de 2000.

A Emenda à Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras, adotada em Sófia, em 27 de fevereiro de 2001, foi aprovada pelo Decreto n.º 3/2012, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 52, de 13 de março de 2012.

Direção-Geral de Política Externa, 23 de junho de 2015. — O Subdiretor-Geral, *Rui Vinhas*.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

## Decreto-Lei n.º 123/2015

de 3 de julho

O Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, estabelece medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP), procedendo à implementação das medidas de proteção fitossanitária previstas na Decisão n.º 2006/133/CE, da Comissão, de 13 de fevereiro de 2006, alterada pela Decisão n.º 2009/993/UE, da Comissão, de 17 de dezembro, que veio requerer que os Estados-Membros adotassem temporariamente medidas suplementares contra a propagação de *Bursaphelenchus xylophilus* (Steiner et Bührer) Nickle *et al.*, no que diz respeito a zonas de Portugal e de Espanha, com exceção daquelas em que a sua ausência é conhecida.

A citada decisão comunitária foi, entretanto, revogada pela Decisão de Execução n.º 2012/535/UE, da Comissão, de 26 de setembro de 2012, alterada pela Decisão de Execução n.º 2015/226/UE, da Comissão, de 11 de fevereiro de 2015, relativa a medidas de emergência contra a propagação na União de *Bursaphelenchus xylophilus* (Steiner & Bührer) Nickle *et al.*

A Decisão de Execução n.º 2012/535/UE, da Comissão, de 26 de setembro de 2012, veio introduzir significativas alterações à legislação comunitária anterior que devem agora ser refletidas no ordenamento jurídico nacional.

Com efeito, a nova legislação comunitária veio alargar o âmbito de aplicação das medidas relativas ao NMP a todos os Estados-Membros, por se reconhecer existir o risco de que o NMP venha a propagar-se para outros territórios,

introduziu novas abordagens de controlo e atualizou e complementou as medidas fitossanitárias a aplicar para o controlo do NMP.

Veio também a nova legislação comunitária considerar que, pese embora o principal objetivo das medidas estabelecidas se mantenha como sendo o de erradicação do NMP, em determinadas situações esse objetivo não é exequível, pelo que poderá ser autorizada a aplicação de medidas de contenção, mas apenas quando as medidas de erradicação tenham sido aplicadas durante um determinado período mínimo de tempo num dado território.

Procedeu igualmente a nova legislação comunitária à atualização e à definição de medidas complementares no que respeita ao abate, à circulação e ao armazenamento de coníferas hospedeiras do NMP.

Considerando o risco de dispersão do NMP através da circulação de vegetais suscetíveis e de madeira e casca suscetíveis, a nova legislação comunitária reforçou e completou as normas de circulação desse material dentro de zonas demarcadas e fora dessas zonas, e define as restrições a essa circulação.

Dado que uma das restrições em matéria de circulação de madeira e casca suscetíveis é o tratamento obrigatório dessa madeira e casca, manteve-se obrigatório na nova legislação comunitária o registo e a supervisão das instalações que estejam adequadamente equipadas para a realização.

Foi, no entanto, alargada a possibilidade na nova legislação comunitária de autorização e supervisão dos produtores de materiais de embalagem de madeira adequadamente equipados a marcar, nos termos da Norma Internacional para as Medidas Fitossanitárias n.º 15 da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), os materiais de embalagem de madeira montados a partir de madeira tratada por uma instalação de tratamento autorizada e acompanhada do passaporte fitossanitário, deixando portanto de esta autorização abranger exclusivamente os produtores de caixas de vinho.

O presente decreto-lei altera o Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, refletindo as alterações introduzidas pela Decisão de Execução n.º 2012/535/UE, da Comissão, de 26 de setembro de 2012.

Complementarmente, por força do disposto na Decisão de Execução n.º 2015/226/UE, da Comissão, de 11 de fevereiro de 2015, o presente decreto-lei introduz no Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, novas exigências para colmeias e ninhos de madeira de coníferas, por ter sido identificado o risco de veicularem NMP, uma vez que, em muitos casos, estas construções se destinam a ser colocadas na floresta.

No Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, é também introduzida a noção de supervisão oficial, a qual deve ser efetuada por pessoal tecnicamente qualificado dos serviços oficiais responsáveis ou por quaisquer outras pessoas tecnicamente qualificadas que atuem sob a supervisão daqueles organismos oficiais.

As medidas agora aprovadas constituem um complemento às já previstas no regime fitossanitário aprovado pelo Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro, que cria e define as medidas de proteção fitossanitária destinadas a evitar a introdução e dispersão no território nacional e comunitário, incluindo nas zonas protegidas, de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais qualquer que seja a sua origem ou proveniência.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## Artigo 1.º

### Objeto

O presente decreto-lei procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, que estabelece medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do nemátodo da madeira do pinheiro, conformando-o com as Decisões de Execução n.ºs 2012/535/UE, da Comissão, de 26 de setembro de 2012, e 2015/226/UE, da Comissão, de 11 de fevereiro de 2015.

## Artigo 2.º

### Alteração ao Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto

Os artigos 1.º a 7.º, 9.º a 15.º, 17.º a 22.º, 24.º, 26.º, 33.º e 34.º do Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, passam a ter a seguinte redação:

### «Artigo 1.º

[...]

1 — O presente decreto-lei estabelece medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP), *Bursaphelenchus xylophilus* (Steiner & Bühner) Nickle *et al.*, e do seu inseto vetor, o longicórnio do pinheiro, *Monochamus galloprovincialis* (Oliv.), com vista a evitar a dispersão da doença da marchidão do pinheiro e, quando possível, a sua erradicação, procedendo à implementação das medidas de proteção fitossanitária previstas na Decisão de Execução n.º 2012/535/UE, da Comissão, de 26 de setembro de 2012, alterada pela Decisão de Execução n.º 2015/226/UE, da Comissão, de 11 de fevereiro de 2015, relativa a medidas de emergência contra a propagação na União de *Bursaphelenchus xylophilus* (Steiner & Bühner) Nickle *et al.*

2 — [...]:

*a*) Os termos da aplicação das medidas aprovadas pela Norma Internacional para as Medidas Fitossanitárias n.º 15 (NIMF n.º 15) da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), relativas a material de embalagem de madeira;

*b*) [...]

*c*) As exigências relativas ao fabrico, tratamento e marcação do material de embalagem e ao tratamento da madeira referidas nas alíneas anteriores, bem como o regime aplicável à sua circulação, expedição e exportação.

## Artigo 2.º

[...]

Para efeitos do presente decreto-lei, entende-se por:

*a*) ‘Abate’, o corte, desramação e toragem de árvores;

*b*) ‘Árvores com sintomas de declínio’, as coníferas hospedeiras que por ação de agentes bióticos e ou abióticos se encontram enfraquecidas, com a copa seca ou a secar total ou parcialmente, apresentam agulhas descoloradas ou estejam tombadas ou tenham sido afe-

tadas por tempestades e por incêndios (queimadas ou parcialmente queimadas);

c) ‘Colmeias e ninhos’, as colmeias e os ninhos de aves constituídos no todo ou em parte por madeira de coníferas;

d) [Anterior alínea c).]

e) ‘Coníferas hospedeiras’, as coníferas dos géneros *Abies* Mill. (abetos), *Cedrus* Trew (cedros), *Larix* Mill. (larix), *Picea* A. Dietr. (piceas ou espruces), *Pinus* L. (pinheiros), *Pseudotsuga* Carr. (falsas-tsugas), e *Tsuga* Carr. (tsugas), com exceção dos seus frutos e sementes;

f) [Anterior alínea e).]

g) ‘Destinos registados’, os locais de atividade dos operadores económicos inscritos no registo oficial que procedem ao processamento, transformação, queima industrial, tratamento e estacionamento de madeira de coníferas;

h) ‘Local de intervenção (LI)’, as unidades administrativas territoriais listadas e publicitadas no sítio na Internet do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), bem como por editais afixados nas respetivas juntas de freguesia, onde é conhecida a presença do NMP ou em que seja reconhecido, pelo ICNF, I. P., o risco do seu estabelecimento e dispersão;

i) [...];

ii) [...]

iii) A madeira serrada ou endireitada longitudinalmente, cortada ou desenrolada, mesmo aplainada, polida, estacas fendidas, estacas aguçadas, não serradas longitudinalmente, dormentes de madeira para vias férreas ou semelhantes;

iv) [...]

v) [...]

vi) A madeira sob a forma de estilha, partículas, serradura, aparas e desperdícios;

j) [...]

k) ‘Manifesto de abate, desramação e circulação’, o documento, assinado pelo declarante, que atesta a comunicação ao ICNF, I. P., do ato de abate, desramação e ou a colocação em circulação da madeira de coníferas na zona de restrição;

l) ‘Material de embalagem de madeira’, o material de madeira não processada, utilizada no suporte, proteção ou transporte de mercadorias, nomeadamente caixotes, caixas, engradados, barricas e embalagens semelhantes, paletes, taipais de paletes, paletes-caixas ou outros estrados para carga, esteiras, separadores e suportes;

m) ‘Parque de madeira’, qualquer local, coberto ou a céu aberto, de armazenamento ou estacionamento de madeira de coníferas, independentemente da sua duração;

n) ‘Restante zona de restrição (restante ZR)’, a área correspondente à totalidade do território continental, exceto zona tampão e LI;

o) [Anterior alínea l).]

p) [Anterior alínea m).]

q) ‘Zona tampão (ZT)’, a área do território continental com uma largura de aproximadamente 20 km adjacente à fronteira com Espanha, integrada pelas freguesias listadas e publicitadas no sítio na Internet do ICNF, I. P.

### Artigo 3.º

#### Autoridades competentes

1 — A aplicação do disposto no presente decreto-lei compete em especial à Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) e ao ICNF, I. P., respetivamente, nas qualidades de autoridade fitossanitária nacional e de autoridade florestal nacional.

2 — Para efeitos do presente decreto-lei, a DGAV coordena a intervenção das direções regionais de agricultura e pescas (DRAP).

### Artigo 4.º

[...]

1 — Estão sujeitos a inscrição obrigatória no registo oficial atribuído e mantido pela DGAV, a que se referem os artigos 9.º a 11.º do Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro, os operadores económicos localizados na ZR que no exercício da respetiva atividade:

a) Procedem ao abate, desramação, transporte, processamento, transformação ou queima industrial, de madeira de coníferas;

b) Procedem à produção ou comercialização de coníferas hospedeiras destinadas à plantação;

c) Procedem, sem prejuízo das especificidades e condicionantes previstas no capítulo III, ao:

i) Tratamento de madeira de coníferas;

ii) Tratamento e marcação do material de embalagem de madeira ou de colmeias e ninhos; ou

iii) Fabrico e marcação do material de embalagem de madeira ou de colmeias e ninhos.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, estão igualmente sujeitos a inscrição obrigatória naquele registo os operadores económicos detentores de parques de madeira de coníferas com capacidade de armazenamento superiores a 10 m<sup>3</sup>.

3 — O pedido de permissão administrativa de registo oficial é efetuado preferencialmente por via eletrónica, através do balcão único eletrónico dos serviços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, mediante o preenchimento do respetivo formulário disponibilizado naquele balcão e nos sítios na Internet do ICNF, I. P., e da DGAV, de acordo com os procedimentos neles indicados.

4 — O formulário é remetido por via eletrónica ao ICNF, I. P., no caso das atividades referidas na alínea a) e b) do n.º 1 e no n.º 2, e à DGAV no caso das atividades referidas na alínea c) do n.º 1.

5 — Quando, por motivo de indisponibilidade das plataformas eletrónicas, não for possível o cumprimento do disposto nos n.ºs 3 e 4, a transmissão da informação em causa pode ser efetuada por qualquer outro meio previsto na lei.

6 — A entidade recetora do pedido de registo decide sobre o mesmo no prazo de 30 dias contados da receção do pedido.

7 — Sempre que seja necessário realizar vistoria prévia ao local de atividade que consubstancia o pedido, a mesma deve ser marcada até ao termo do prazo referido no número anterior, o qual se suspende até à conclusão da vistoria.



8 — A marcação da vistoria é notificada ao interessado e é agendada para uma data nunca posterior aos 15 dias seguintes à data da notificação.

9 — Qualquer alteração aos elementos constantes do registo oficial validado ou a validar deve ser comunicada às respetivas entidades, nos termos previstos no n.º 4.

10 — Sem prejuízo do cumprimento do disposto nos artigos 6.º a 10.º, estão isentos de inscrição obrigatória no registo oficial os proprietários, bem como os titulares de outros direitos reais ou de arrendamento que disponham de poderes de disposição sobre as árvores, no caso de serem eles próprios a proceder diretamente ao abate, desramação ou ao transporte de coníferas.

11 — As ações compreendidas e decorrentes do registo previsto na subalínea *iii*) da alínea *c*) do n.º 1 podem ser executadas pelo ICNF, I. P., em articulação com a DGAV, em termos a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da fitossanidade e das florestas.

#### Artigo 5.º

##### **Plano de Ação Nacional para Controlo do nemátodo da madeira do pinheiro**

1 — O Plano de Ação Nacional para Controlo do NMP define a estratégia e estabelece os mecanismos de atuação concertada entre as diferentes entidades envolvidas, a adotar na prossecução dos objetivos e medidas definidas no presente decreto-lei.

2 — O Plano é elaborado com periodicidade máxima de cinco anos pela DGAV e pelo ICNF, I. P., em articulação com a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), revisto sempre que se justifiquem alterações às medidas nele previstas e divulgado nos respetivos sítios na Internet.

3 — Os Planos relativos às Regiões Autónomas são elaborados com a periodicidade máxima de cinco anos pelas entidades das respetivas administrações regionais com atribuições e competências nas matérias em causa, em articulação com a DGAV e o ICNF, I. P.

#### Artigo 6.º

##### **Manifesto de abate, desramação e circulação de madeira de coníferas**

1 — É obrigatória a comunicação prévia ao ICNF, I. P., dos atos de abate e ou desramação de coníferas hospedeiras, bem como do ato de colocação em circulação de madeira de coníferas na ZR.

2 — A comunicação prévia referida no número anterior é efetuada por via eletrónica, através do balcão único eletrónico dos serviços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, mediante o acesso ao formulário eletrónico do manifesto de abate, desramação e circulação disponível no sítio na Internet do ICNF, I. P., sendo que, caso ocorra indisponibilidade operativa da aplicação informática e desde que devidamente reconhecida pelo ICNF, I. P., é aplicável o procedimento administrativo alternativo divulgado e disponibilizado naquele sítio na Internet.

3 — A comunicação prévia referida nos números anteriores deve ser realizada pelo responsável pelo abate ou desramação e, no caso da colocação em circulação, pelo fornecedor da madeira de coníferas, quer este esteja

ou não sujeito à obrigação de inscrição no registo oficial prevista no artigo 4.º

4 — Durante a operação de abate ou desramação, o executor do ato deve estar munido do manifesto de abate, desramação e circulação, impresso ou sua cópia.

5 — Toda a circulação de madeira de coníferas deve ser sempre acompanhada do manifesto de abate, desramação e circulação, impresso ou sua cópia, de acordo com a origem e destino nele declarados, sendo o transportador responsável pelo cumprimento desta obrigação.

6 — O declarante das operações de abate e desramação constante do manifesto de abate, desramação e circulação é responsável pela eliminação dos sobrantes resultantes daquelas ações.

7 — Os agentes económicos só podem rececionar madeira de coníferas desde que esta esteja acompanhada do manifesto de abate, desramação e circulação, impresso ou sua cópia, estando igualmente obrigados a conservá-lo por um período mínimo de dois anos.

8 — Qualquer fornecedor de madeira de coníferas está obrigado a conservar por um período mínimo de dois anos as cópias dos manifestos de abate, desramação e circulação de toda a madeira que fornece.

9 — Não é exigido o manifesto de abate, desramação e circulação de madeira de coníferas nas seguintes situações:

a) Circulação de madeira de coníferas com origem fora da ZR, desde o ponto de entrada na ZR até ao primeiro local de destino;

b) Circulação de madeira de coníferas, até 1 m<sup>3</sup>, resultante de vendas a retalho ao consumidor final, sem prejuízo do cumprimento das exigências estabelecidas no artigo 19.º-A;

c) Circulação de madeira de coníferas tratada de acordo com o estabelecido no artigo 15.º, desde que se encontre acompanhada com o respetivo passaporte fitossanitário.

#### Artigo 7.º

[...]

1 — Os proprietários e os titulares de outros direitos reais sobre árvores coníferas hospedeiras, localizadas na ZR, que apresentem sintomas de declínio, estão obrigados a proceder ao abate dessas árvores e à eliminação dos respetivos sobrantes, ainda que não hajam sido notificados para o efeito.

2 — Ficam especialmente sujeitos à obrigação referida no número anterior os proprietários e os titulares de outros direitos reais sobre árvores coníferas hospedeiras localizadas na ZT e nos LI, logo que nelas sejam detetados os sintomas de declínio, sendo considerados de interesse público e de carácter urgente o abate, a eliminação dos sobrantes e a remoção dessas árvores, durante todo o ano.

3 — [...].

4 — Os proprietários e os titulares de outros direitos reais referidos nos números anteriores ficam ainda obrigados ao cumprimento das exigências estabelecidas nos artigos 9.º e 10.º e no anexo I ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

5 — Sem prejuízo da comunicação prevista no artigo 6.º, no caso de deteção de árvores com sintomas de declínio na ZT, os sujeitos referidos nos números anteriores ficam ainda obrigados a comunicar de ime-

diato, logo após a deteção dos sintomas, este facto ao ICNF, I. P., para efeitos de colheita de amostras.

6 — Em caso de incumprimento do disposto nos números anteriores, o Estado, através do ICNF, I. P., pode substituir-se aos titulares dos mencionados direitos, promovendo o abate das árvores com sintomas de declínio e a eliminação dos respetivos sobrantes.

7 — [...].

8 — [...].

#### Artigo 9.º

[...]

1 — Os proprietários e os titulares de outros direitos reais ou de arrendamento com poderes de disposição sobre árvores coníferas hospedeiras na ZR podem ser notificados pelo ICNF, I. P., para proceder ao abate dessas árvores sem sintomas de declínio e à eliminação dos respetivos sobrantes, quando for considerado necessário para evitar a dispersão do NMP, devendo cumprir as demais exigências fitossanitárias estabelecidas nos artigos 6.º, 10.º e 11.º e no anexo I.

2 — Os sujeitos referidos no número anterior, que procedam ao abate daquelas árvores sem que para tal tenham sido notificados, ficam igualmente obrigados à eliminação dos respetivos sobrantes, bem como ao cumprimento das exigências fitossanitárias estabelecidas nos artigos 6.º, 10.º e 11.º e no anexo I.

#### Artigo 10.º

##### Circulação de madeira e sobrantes na ZR

1 — Sem prejuízo do disposto nos artigos 6.º a 9.º, a circulação da madeira e sobrantes de coníferas, com e sem sintomas de declínio, na ZR fica sujeita ao cumprimento das exigências fitossanitárias previstas:

a) No capítulo III, caso sejam provenientes da restante ZR e LI para a ZT;

b) No anexo II ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, caso sejam provenientes de um LI para a ZR, exceto ZT, no que respeita ao tipo de madeira nele tipificada;

c) No anexo III ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, caso sejam provenientes da restante ZR para a ZR, exceto ZT, no que respeita ao tipo de madeira nele tipificada;

d) No anexo IV, caso sejam provenientes da ZT para a ZR, no que respeita ao tipo de madeira nele tipificada.

2 — Por despacho do presidente do ICNF, I. P., podem ser estabelecidas, a título excecional, medidas alternativas ou complementares às referidas no número anterior, na sequência de pedido escrito nesse sentido pelos interessados.

#### Artigo 11.º

##### Armazenamento de madeira e sobrantes de coníferas na ZR

1 — O armazenamento na ZR, ainda que temporário, de madeira de coníferas com ou sem sintomas de declínio e respetivos sobrantes, está sujeito às exigências fitossanitárias estabelecidas nos anexos II, III e IV.

2 — [Revogado.]

3 — [Revogado.]

#### Artigo 12.º

##### Vegetais de coníferas hospedeiras provenientes da ZR

1 — A circulação na ZT, bem como a expedição para a ZT, ZI e outros Estados-Membros, de coníferas hospedeiras provenientes da ZR, exceto ZT, assim como a expedição de coníferas hospedeiras provenientes da ZT para a ZI e outros Estados-Membros, destinadas ou não à plantação, só são permitidas desde que esses vegetais cumpram as seguintes exigências fitossanitárias cumulativas, tendo sido:

a) Cultivados num local de produção em que não tenha sido detetado a presença do NMP e respetivos sintomas, desde o início do último ciclo vegetativo completo;

b) Cultivados, durante o respetivo ciclo de vida, num estado de proteção física completa relativamente ao inseto vetor do NMP;

c) Oficialmente inspecionados, testados e considerados isentos do NMP e do seu inseto vetor;

d) Transportados fora do período de voo do inseto vetor NMP ou em embalagens ou contentores fechados, garantindo que a infestação com o NMP ou com o seu vetor não pode ocorrer.

2 — O cumprimento das exigências estabelecidas no número anterior é atestado pela emissão de um passaporte fitossanitário, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro.

3 — Caso se verifique a presença do NMP num local de produção de coníferas hospedeiras destinadas à plantação localizado na ZR, as coníferas infestadas, após notificação pelos serviços oficiais competentes, devem ser de imediato destruídas sob controlo oficial e as restantes coníferas hospedeiras sujeitas às medidas de proteção fitossanitária adequadas.

#### Artigo 13.º

[...]

1 — Qualquer pessoa, singular ou coletiva, que tenha conhecimento ou suspeite da presença do NMP deve, de imediato, informar o ICNF, I. P., ou a DGAV, devendo, igualmente, sempre que solicitadas por estes serviços fornecer as informações que estiverem na sua posse relativas à presença do NMP.

2 — [Revogado.]

3 — [Revogado.]

#### Artigo 14.º

[...]

1 — O presente capítulo estabelece os termos da aplicação das medidas aprovadas pela NIMF n.º 15, relativamente a:

a) Material de embalagem de madeira de coníferas, não processada, proveniente da ZR, quer esteja ou não a ser utilizado no suporte, proteção ou transporte de mercadorias, e destinado à circulação na ZR, incluindo a circulação para a ZT e entre o território continental e a ilha da Madeira, e à expedição para a ZI e outros Estados-Membros, bem como colmeias e ninhos provenientes da ZR e destinados à expedição para a ZT, ZI e outros Estados-Membros;

b) [...].

2 — [...].

3 — O disposto no n.º 1 não se aplica a material de embalagem de madeira em que todos os seus componentes de madeira têm espessura igual ou inferior a 6 mm.

4 — Às colmeias e ninhos referidos na alínea *a*) do n.º 1, para além das exigências fitossanitárias que se encontrem expressamente previstas no presente capítulo, aplicam-se as exigências fitossanitárias e demais procedimentos aplicáveis ao material de embalagem de madeira que se encontram previstas no presente decreto-lei.

#### Artigo 15.º

[...]

1 — Os operadores económicos registados a que se refere a alínea *c*) do n.º 1 do artigo 4.º são autorizados, caso a caso, a proceder ao tratamento da madeira de coníferas e de material de embalagem de madeira, em função das características da madeira que tratam, bem como a proceder ao fabrico e marcação de material de embalagem de madeira, nos termos definidos no presente capítulo.

2 — Os operadores económicos registados são responsáveis pela:

*a*) Aposição da sua marca atestando:

*i*) A sujeição ao tratamento do material de embalagem de madeira realizado pelo próprio; ou

*ii*) Desde que não se encontrem autorizados a proceder ao tratamento, o fabrico do material de embalagem exclusivamente com madeira previamente sujeita a tratamento por outro operador económico registado e autorizado para o efeito;

*b*) Devida utilização do passaporte fitossanitário, atestando a sujeição, pelo próprio, ao tratamento da madeira de coníferas.

3 — Os operadores económicos registados estão impedidos de autorizar a aposição da sua própria marca por terceiros.

4 — A DGAV publicita no seu sítio na Internet as listagens atualizadas dos operadores económicos registados e respetivas atividades autorizadas, as quais são também disponibilizadas através do sistema de pesquisa *online* de informação pública previsto no Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 29/2000, de 13 de março, 72-A/2010, de 18 de junho, e 73/2014, de 13 de maio.

5 — Os operadores económicos registados referidos no presente artigo estão sujeitos a ações de supervisão oficial para verificação do cumprimento dos requisitos legais previstos no presente decreto-lei e que consubstanciam cada atividade autorizada.

6 — Os procedimentos de supervisão oficial são estabelecidos pela DGAV e publicitados no seu sítio na Internet.

7 — Sem prejuízo de responsabilidade contraordenacional, em caso de não cumprimento das exigências que consubstanciam cada autorização concedida e das demais medidas estabelecidas no presente decreto-lei, a DGAV pode proceder à suspensão ou ao cancelamento do registo oficial dos operadores económicos.

8 — A suspensão do registo oficial dura pelo período de tempo necessário à completa averiguação das causas das inconformidades verificadas, implementação de ações corretivas e avaliação da respetiva eficácia.

9 — (*Anterior n.º 8.*)

#### Artigo 17.º

[...]

1 — O material de embalagem de madeira referido nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 1 do artigo 14.º deve ser produzido a partir de madeira descascada, conforme especificado na NIMF n.º 15, e está sujeito às exigências e critérios técnicos específicos de fabrico, tratamento e marcação, previstos no presente capítulo e no anexo V ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

2 — Todo o material de embalagem referido na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 14.º, que não se encontre tratado e marcado conforme especificado na NIMF n.º 15, deve ser tratado e marcado de acordo com o disposto no número anterior, quando se destine à expedição para a ZI, ZT e outros Estados-Membros e à circulação entre o território continental e a ilha da Madeira.

3 — Os operadores económicos que procedem ao fabrico ou reparação de material de embalagem na ZR, quer se encontrem ou não registados para esse efeito, só podem colocar em circulação o material por eles fabricado ou reparado, depois de tratado e marcado de acordo com o disposto no n.º 1, independentemente do destino que lhe venha a ser dado, com exceção do transporte para destinos registados de tratamento e da circulação de colmeias e ninhos.

4 — Todo o material de embalagem referido na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 14.º, que seja proveniente dos outros Estados-Membros ou da ZI, que não se encontre tratado e marcado conforme especificado na NIMF n.º 15, deve ser tratado e marcado de acordo com o disposto no n.º 1, quando se destine a sair da ZR ou se destine à ZT proveniente da ZR, exceto ZT.

5 — Todo o material de embalagem referido na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 14.º deve ser tratado e marcado de acordo com o disposto no artigo 15.º e no anexo V, quando se destine à exportação para países terceiros.

6 — A madeira de coníferas referida no n.º 2 do artigo 14.º está sujeita às exigências de tratamento e requisitos técnicos específicos previstos no presente capítulo.

7 — O cumprimento das exigências estabelecidas no número anterior é atestado pela emissão de passaporte fitossanitário, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro, aposto a cada unidade daqueles materiais, no caso de ser destinada à expedição para a ZI, ZT e outros Estados-Membros e à circulação entre o território continental e a ilha da Madeira.

8 — A madeira de coníferas referida no n.º 2 do artigo 14.º, no período de 2 de abril a 31 de outubro, deve ser expedida descascada ou com uma cobertura de proteção que garanta que a infestação com o NMP ou com o seu vetor não pode ocorrer.

#### Artigo 18.º

##### Exigências aplicáveis aos tratamentos

1 — O tratamento de madeira de coníferas deve ser realizado pelo calor (HT), de modo a atingir um

mínimo de 56° C durante trinta minutos consecutivos, em toda a madeira.

2 — O tratamento de material de embalagem de madeira deve ser realizado por HT ou por qualquer outro método previsto na NIMF n.º 15.

3 — Para a realização do tratamento por HT referido nos números anteriores, devem ser cumpridos os seguintes requisitos técnicos:

a) Aplicar o método de medição direta de temperatura no centro da madeira previsto na Norma Portuguesa ‘NP 4487 — Madeira serrada, paletes e outras embalagens de resinosas. Tratamento fitossanitário pelo calor para eliminação do nemátodo da madeira do pinheiro (*Bursaphelenchus xylophilus*)’, exceto para a casca isolada de coníferas e madeira de coníferas sob a forma de estilha, partículas, aparas e desperdícios;

b) Aplicar o método previsto na Norma Portuguesa ‘NP 4515:2013-pt — Casca e estilha de madeira de Resinosas; Tratamento fitossanitário pelo calor para eliminação do nemátodo da madeira do pinheiro (*Bursaphelenchus xylophilus*) e outros organismos prejudiciais’.

4 — O tratamento por HT, a que se refere os n.ºs 1 e 2, deve ainda cumprir com requisitos técnicos específicos adicionais estabelecidos pela DGAV e publicitados no seu sítio na Internet, os quais são ainda tornados públicos através do balcão único eletrónico dos serviços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

5 — A aplicação de qualquer outro método de tratamento previsto na NIMF n.º 15 carece do estabelecimento prévio pela DGAV de condições e requisitos técnicos específicos para a aplicação desses métodos e publicitados no seu sítio na Internet os quais são ainda tornados públicos através do balcão único eletrónico dos serviços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

#### Artigo 19.º

##### Exigências para fabrico e marcação de material de embalagem de madeira

1 — Os operadores económicos registados e autorizados a proceder ao fabrico e marcação de material de embalagem de madeira e que não procedem aos tratamentos previstos no artigo anterior devem, para esse efeito, cumprir com as seguintes exigências:

a) Utilizar exclusivamente madeira previamente tratada por um operador económico registado e autorizado para o efeito e acompanhada de passaporte fitossanitário;

b) Manter os lotes adquiridos devidamente separados e identificados, de forma a garantir a rastreabilidade da madeira utilizada;

c) Utilizar marca com o seu próprio número de registo no material de embalagem de madeira por si fabricado, de acordo com um dos modelos de marca previstos no anexo V;

d) Cumprir os requisitos técnicos estabelecidos pela DGAV e publicitados no seu sítio na Internet e no balcão único eletrónico dos serviços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

2 — Nos locais de atividade aprovados dos operadores económicos referidos no número anterior só é permitida a existência de madeira não tratada, desde que armazenada e transformada de forma separada e devidamente identificada.

3 — A marca a que se refere a alínea c) do n.º 1 é de uso exclusivo do respetivo operador registado, não podendo, em caso algum, ser aposta por qualquer outro operador económico.

4 — É proibido a qualquer operador económico fabricar material de embalagem de madeira, cuja madeira se encontre previamente marcada por um operador económico registado ao abrigo do artigo 15.º

#### Artigo 20.º

##### Restrições à circulação, receção, armazenamento, exportação e expedição de material de embalagem de madeira e madeira de coníferas, colmeias e ninhos

1 — [...].

2 — É proibida a colocação em circulação pelos operadores económicos que procedem ao fabrico ou reparação de material de embalagem de madeira de coníferas na ZR desse material por eles fabricado ou reparado que não se encontre tratado e marcado nos termos do presente decreto-lei, salvo se esse material se destinar, comprovadamente, ao local de tratamento.

3 — É proibida a expedição para fora da ZR de material de embalagem de madeira de coníferas e de colmeias e ninhos, não tratado e não marcado nos termos do presente decreto-lei, referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º, quando se destine aos outros Estados-Membros ou à ZI.

4 — É proibida a expedição para a ZT de material de embalagem de madeira de coníferas e de colmeias e ninhos, não tratado e não marcado nos termos do presente decreto-lei, referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º, proveniente da restante ZR.

5 — [...].

6 — [...].

7 — [...].

8 — É proibida a receção, armazenamento ou expedição na ZT de material de embalagem de madeira de coníferas e de colmeias e ninhos, não tratado e não marcado nos termos do presente decreto-lei, referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º, proveniente da ZR, exceto ZI.

9 — É proibida a receção, o armazenamento ou a expedição na ZI de material de embalagem de madeira de coníferas e de colmeias e ninhos, não tratado e não marcado nos termos do presente decreto-lei, referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º, proveniente da ZR.

10 — É proibida a receção, armazenamento ou expedição na ZT de madeira não processada de coníferas, incluindo casca isolada, estilha, partículas, aparas e desperdícios, referida no n.º 2 do artigo 14.º, proveniente da restante ZR, não tratada nos termos do presente decreto-lei e desacompanhada do passaporte fitossanitário referido no n.º 7 do artigo 17.º

11 — É proibida a receção, armazenamento ou expedição na ZI de madeira não processada de coníferas, incluindo casca isolada, estilha, partículas, aparas e desperdícios, referida no n.º 2 do artigo 14.º, proveniente da ZR, não tratada nos termos do presente decreto-lei e desacompanhada do passaporte fitossanitário referido no n.º 7 do artigo 17.º

## Artigo 21.º

[...]

1 — [...]:

a) Procedem à comercialização de material de embalagem de madeira, de colmeias e ninhos e de madeira de coníferas;

b) Procedem à expedição de madeira de coníferas, de colmeias e ninhos e de material de embalagem de madeira de coníferas, quer esteja ou não a acondicionar mercadorias;

c) [...]

d) Transportam mercadorias, incluindo madeira de coníferas, colmeias e ninhos e material de embalagem de madeira, quer estejam ou não a acondicionar a mercadoria;

e) Procedem ao fabrico e ou à reparação de material de embalagem de madeira e de colmeias e ninhos.

2 — É dever geral dos sujeitos referidos no número anterior certificarem-se que as mercadorias a circular, comercializar, exportar, expedir, embalar e a transportar cumprem o disposto no artigo anterior.

3 — Para efeitos do presente decreto-lei, a responsabilidade dos sujeitos referidos nos números anteriores na comercialização, circulação e expedição abrange toda e qualquer movimentação em trânsito de coníferas hospedeiras, madeira de coníferas, colmeias e ninhos e material de embalagem de madeira, quer esteja ou não a ser utilizado no transporte de mercadorias, independentemente de ter ou não chegado ao respetivo destino.

## Artigo 22.º

[...]

1 — [...].

2 — As notificações relativas às operações e imposições previstas no presente decreto-lei são efetuadas por via postal, transmissão eletrónica de dados ou por contacto pessoal com o notificando, no lugar em que for encontrado e, caso este se revele impossível, por edital afixado nos locais habituais, podendo, em ambos os casos, ser igualmente entregues ou comunicadas ao notificando pelas restantes entidades referidas no n.º 5.

3 — [...].

4 — As notificações por edital consideram-se efetuadas a partir do 6.º dia útil, contado da data da sua afixação.

5 — [...].

6 — [...].

## Artigo 24.º

[...]

1 — [...]:

a) A não inscrição dos operadores económicos no registo oficial, em violação das alíneas a) e b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º;

b) A não inscrição dos operadores económicos no registo oficial, em violação da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º;

c) A não comunicação das alterações dos elementos constantes do registo oficial, em violação do n.º 9 do artigo 4.º;

d) A não comunicação prévia do ato de abate e ou desramação de coníferas hospedeiras, bem como do ato

de colocação em circulação de madeira de coníferas na ZR, em violação dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º;

e) A não comunicação prévia pelo responsável do ato de abate e ou desramação de coníferas hospedeiras, ou pelo fornecedor da madeira de coníferas colocada em circulação, em violação do n.º 3 do artigo 6.º;

f) A não apresentação do manifesto de abate, desramação e circulação durante a operação de abate ou desramação, pelo executor do ato, em violação do n.º 4 do artigo 6.º;

g) A não apresentação pelo transportador do manifesto de abate, desramação e circulação durante a circulação de madeira de coníferas, ou a circulação da madeira em desconformidade com o declarado no manifesto, em violação do n.º 5 do artigo 6.º;

h) A não eliminação dos sobrantes resultantes das operações de abate e desramação, pelo declarante do manifesto de abate, desramação e circulação, em violação do n.º 6 do artigo 6.º;

i) A receção, pelos agentes económicos, de madeira de coníferas que não esteja acompanhada do manifesto de abate, desramação e circulação, bem como a sua não conservação pelo período de dois anos, em violação do n.º 7 do artigo 6.º;

j) A não conservação pelo período de dois anos, pelo fornecedor de madeira de coníferas, das cópias dos manifestos de abate, desramação e circulação de toda a madeira que fornece, em violação do n.º 8 do artigo 6.º;

k) O não abate ou a não eliminação dos sobrantes de árvores com sintomas de declínio localizadas na ZR, exceto ZT e LI, ou a execução deficiente destas operações, em violação dos n.ºs 1 a 3 do artigo 7.º;

l) O não abate ou a não eliminação dos sobrantes de árvores com sintomas de declínio localizadas na ZT e nos LI, ou a execução deficiente destas operações, em violação dos n.ºs 1 a 3 do artigo 7.º;

m) O não cumprimento das exigências estabelecidas nos artigos 9.º e 10.º e no anexo I, em violação do n.º 4 do artigo 7.º;

n) A não comunicação ao ICNF, I. P., da deteção de árvores com sintomas de declínio na ZT, em violação do n.º 5 do artigo 7.º;

o) O não abate ou a não eliminação dos sobrantes de árvores com e sem sintomas de declínio localizadas na ZT, após notificação para o efeito do ICNF, I. P., em violação dos n.ºs 1 e 2 do artigo 7.º-B;

p) O não cumprimento das exigências fitossanitárias estabelecidas nos anexos I e IV, correspondentes a coníferas com sintomas de declínio, em violação do n.º 3 do artigo 7.º-B;

q) O não abate ou a não eliminação dos sobrantes de árvores sem sintomas de declínio localizadas na ZR, em violação dos n.ºs 1 e 2 do artigo 9.º;

r) O não cumprimento das exigências fitossanitárias estabelecidas para a circulação da madeira e sobrantes de coníferas, com e sem sintomas de declínio, na ZR, em violação das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 10.º;

s) O não cumprimento das exigências fitossanitárias estabelecidas para a circulação da madeira e sobrantes de coníferas, com e sem sintomas de declínio, na ZR, em violação das alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 11.º;

t) O não cumprimento das exigências fitossanitárias estabelecidas para o armazenamento na ZR de madeira de coníferas com ou sem sintomas de declínio e respetivos sobrantes, em violação do artigo 11.º;

u) A circulação e expedição de coníferas hospedeiras provenientes da ZR, destinadas ou não à plantação, que não se encontrem acompanhadas pelo respetivo passaporte fitossanitário, em violação dos n.ºs 1 e 2 do artigo 12.º;

v) A não destruição sob controlo das coníferas hospedeiras infestadas e a não aplicação às restantes coníferas hospedeiras das medidas de proteção fitossanitária notificadas, em violação do n.º 3 do artigo 12.º;

w) O não cumprimento das medidas de proteção fitossanitária e respetivos requisitos técnicos específicos constantes do protocolo de higiene aplicável aos veículos que transportem madeira e às máquinas e outros equipamentos utilizados para a sua transformação, em violação do artigo 12.º-A;

x) O exercício de atividades não autorizadas pelo registo oficial dos operadores económicos, ainda que registados, em violação do n.º 1 do artigo 15.º;

y) A atribuição a terceiros da aposição da marca e a utilização indevida da marca ou do passaporte fitossanitário por parte dos operadores económicos registados, em violação dos n.ºs 2 e 3 do artigo 15.º;

z) O exercício de atividades por parte daqueles a quem o registo oficial foi suspenso ou cancelado, em violação dos n.ºs 8 e 9 do artigo 15.º;

aa) O não cumprimento por parte dos agentes económicos das obrigações, exigências fitossanitárias e dos requisitos técnicos específicos, em violação dos artigos 17.º, 18.º, 19.º, 19.º-A e 21.º e do anexo V;

bb) A circulação entre o território continental e a ilha da Madeira de material de embalagem de madeira de coníferas, que não se encontre tratado e marcado, em violação do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

cc) A colocação em circulação pelos fabricantes ou reparadores de material de embalagem de madeira de coníferas na ZR, que não se encontre tratado e marcado, em violação do n.º 2 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

dd) A expedição para fora da ZR de material de embalagem de madeira de coníferas e de colmeias e ninhos, que não se encontre tratado e marcado e se destine aos outros Estados-Membros ou à ZI, em violação do n.º 3 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

ee) A expedição para a ZT de material de embalagem de madeira de coníferas e de colmeias e ninhos, que não se encontre tratado e marcado, proveniente da restante ZR, em violação do n.º 4 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

ff) A receção, armazenamento ou expedição na ZT de material de embalagem de madeira de coníferas e de colmeias e ninhos, que não se encontre tratado e marcado, proveniente da ZR, exceto ZT, em violação do n.º 5 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

gg) A receção, armazenamento ou expedição na ZI de material de embalagem de madeira de coníferas e de colmeias e ninhos, que não se encontre tratado e marcado, proveniente da ZR, em violação do n.º 6 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

hh) A exportação para países terceiros de material de embalagem de madeira de qualquer espécie, que não se encontre tratado e marcado, em violação do n.º 7 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

ii) A circulação entre o território continental e a ilha da Madeira de madeira não processada de coníferas, incluindo casca isolada, estilha, partículas, aparas e desperdícios, que não se encontre tratada e acompanhada do passaporte fitossanitário, em violação do n.º 8 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

jj) A circulação para fora da ZR de madeira não processada de coníferas, incluindo casca isolada, estilha, partículas, aparas e desperdícios, que não se encontre tratada e acompanhada do passaporte fitossanitário, em violação do n.º 9 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

kk) A receção, armazenamento ou expedição na ZT de madeira não processada de coníferas, incluindo casca isolada, estilha, partículas, aparas e desperdícios, proveniente da restante ZR, que não se encontre tratada e acompanhada do passaporte fitossanitário, em violação do n.º 10 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

ll) A receção, armazenamento ou expedição na ZI de madeira não processada de coníferas, incluindo casca isolada, estilha, partículas, aparas e desperdícios, proveniente da ZR, que não se encontre tratada e acompanhada do passaporte fitossanitário, em violação do n.º 11 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

mm) O não cumprimento das medidas de proteção fitossanitária notificadas, em violação do artigo 22.º;

nn) O impedimento à entrada e permanência nos estabelecimentos e locais onde se exercem as atividades a inspecionar ou tenham lugar quaisquer atos a executar, assim como a não apresentação de documentos, a não prestação de informações e oposição à prática de atos devidos, em violação dos n.ºs 3 e 4 do artigo anterior;

oo) A não informação imediata aos serviços oficiais do conhecimento ou suspeita da presença do NMP, bem como o não fornecimento àqueles serviços das informações solicitadas relativas à presença do NMP por quem as possua.

2 — As contraordenações previstas nas alíneas *dd*), *hh*) e *jj*) do número anterior são puníveis, ainda que o conhecimento da realização da respetiva expedição ou exportação venha a ser obtido por notificação oficial emitida por um Estado-Membro ou país terceiro.

3 — As contraordenações previstas nas alíneas *a*), *b*), *c*), *f*), *g*), *i*), *j*) e *w*) do n.º 1 são puníveis com as seguintes coimas:

a) [...]

b) [...].

4 — As contraordenações previstas nas alíneas *d*), *e*), *l*), *m*), *n*), *q*), *s*), *t*), *u*), *x*), *y*), *aa*), *bb*), *cc*), *gg*), *hh*), *ii*), *jj*), *nn*) e *oo*) do n.º 1 são puníveis com as seguintes coimas:

a) [...]

b) [...].

5 — As contraordenações previstas nas alíneas *h*), *k*), *o*), *p*), *r*), *v*), *z*), *dd*), *ee*), *ff*), *kk*), *ll*) e *mm*) do n.º 1 são puníveis com as seguintes coimas:

a) [...]

b) [...].

6 — [...].

## Artigo 26.º

[...]

1 — Sem prejuízo das competências atribuídas por lei às autoridades policiais, fiscalizadoras e de inspeção, a instrução de processos de contraordenação são da competência:

a) Do ICNF, I. P., relativamente às infrações previstas nas alíneas *a*) e *c*) a *w*), bem como nas alíneas *mm*) e *nn*) do n.º 1 do artigo 24.º, no que se refere a atos fiscalizados pelo ICNF, I. P.;

b) Das DRAP, relativamente às infrações previstas nas alíneas *b*) e *x*) a *aa*), bem como nas alíneas *mm*) e *nn*) do n.º 1 do artigo 24.º, no que se refere a atos fiscalizados pelas DRAP;

c) Da ASAE, relativamente às infrações previstas nas alíneas *bb)* a *ll)* do n.º 1 do artigo 24.º

2 — A aplicação das coimas e das sanções acessórias compete:

a) Ao presidente do ICNF, I. P., nos casos referidos na alínea *a)* do número anterior;

b) Ao diretor-geral de Alimentação e Veterinária relativamente a processos instaurados ao abrigo da alínea *b)* do número anterior;

c) Ao inspetor-geral da ASAE nos casos a que se reporta a alínea *c)* do número anterior.

3 — Quando os autos de notícia sejam levantados por entidades diversas das referidas nas alíneas *a)* a *c)* do n.º 1, os mesmos são remetidos às entidades nelas mencionadas para instrução dos correspondentes processos de contraordenação.

4 — Sem prejuízo do levantamento dos autos de notícia pela prática das infrações previstas nas alíneas *bb)* e *dd)* a *ll)* do n.º 1 do artigo 24.º, os infratores são de imediato notificados pela entidade atuante para adotar os procedimentos que se revelem possíveis em face das circunstâncias concretas, designadamente:

a) Se o material não conforme for composto de materiais de embalagem de madeira efetivamente utilizados no transporte de mercadorias, devolução, sob controlo oficial, ao local de expedição, ou a um local perto da localização de interceção, para reembalagem desses objetos e destruição dos materiais de embalagem de madeira;

b) Deslocar-se, sob controlo oficial, com a mercadoria às instalações de um operador económico registado, à sua escolha e por si indicado, para efetuar o tratamento fitossanitário do material em infração;

c) Deslocar-se, sob controlo oficial, com a mercadoria a um local de queima apropriado, à sua escolha e por si indicado, para efetuar a destruição do material em infração.

5 — [...].

6 — [...].

7 — [Revogado.]

#### Artigo 33.º

[...]

1 — Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente decreto-lei, é subsidiariamente aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro, e na Decisão de Execução n.º 2012/535/UE, da Comissão, de 26 de setembro de 2012, alterada pela Decisão de Execução n.º 2015/226/UE, da Comissão, de 11 de fevereiro de 2015.

2 — Às contraordenações previstas no presente decreto-lei é subsidiariamente aplicável o regime geral do ilícito de mera ordenação social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 356/89, de 17 de outubro, 244/95, de 14 de setembro, e 323/2001, de 17 de dezembro, e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro.

#### Artigo 34.º

[...]

1 — [Anterior corpo do artigo.]

2 — O produto das coimas aplicadas nas Regiões Autónomas constitui receita própria destas.

3 — O produto das taxas aplicadas na Regiões Autónomas constitui receita própria destas, sem prejuízo da aplicação do regime de repartição a que haja lugar, nos termos previstos na legislação a que se refere o artigo 31.º»

#### Artigo 3.º

##### Aditamento ao Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto

São aditados ao Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, os artigos 7.º-A, 7.º-B, 12.º-A, 19.º-A e 31.º-A, com a seguinte redação:

#### «Artigo 7.º-A

##### Exclusão de um LI

Caso não seja detetada a presença do NMP na sequência de prospeções oficiais que incluam inspeções e análises laboratoriais para teste da presença do NMP localizadas num LI, durante quatro anos consecutivos, essa unidade territorial administrativa deixa de ser definida como LI.

#### Artigo 7.º-B

##### Deteção do NMP na ZT

1 — Caso se detete a presença de NMP na ZT, os sujeitos referidos nos n.ºs 1 a 3 do artigo 7.º ficam obrigados, após notificação pelo ICNF, I. P., ao abate imediato de todas as coníferas hospedeiras, com e sem sintomas de declínio, num raio mínimo de 500 m, em torno de cada exemplar infetado com o NMP, bem como à eliminação dos respetivos sobrantes.

2 — O raio mínimo referido no número anterior pode ser reduzido para 100 m, nos casos em que se reconheçam impactes ambientais ou sociais inadmissíveis e desde que sejam adotadas medidas de proteção fitossanitária alternativas definidas pelo ICNF, I. P., e pela DGAV.

3 — O abate das coníferas e a circulação e armazenamento do material lenhoso resultante das ações a que se referem os números anteriores devem cumprir com as exigências fitossanitárias estabelecidas no anexo I e no anexo IV ao presente decreto-lei, do qual fazem parte integrante, correspondentes a coníferas com sintomas de declínio.

#### Artigo 12.º-A

##### Limpeza de veículos e maquinaria

Os operadores económicos referidos na alínea *a)* do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º devem cumprir com as medidas de proteção fitossanitária e respetivos requisitos técnicos específicos constantes do protocolo de higiene estabelecido e publicitado pelo ICNF, I. P., no seu sítio na Internet, aplicável aos veículos que transportem madeira e às máquinas e outros equipamentos utilizados para a sua transformação, a fim de prevenir a dispersão do NMP.

#### Artigo 19.º-A

##### Exigências para reparação de material de embalagem de madeira

1 — As exigências fitossanitárias referidas no artigo anterior aplicam-se igualmente ao material de embalagem de madeira reparado, o qual deve ser novamente tratado e remarcado, sendo obrigatória a eliminação completa e permanente da marca do tratamento anterior.

2 — A obrigatoriedade de tratamento do material de embalagem de madeira reparado na sua totalidade, conforme disposto no número anterior, não se aplica, desde que, cumulativamente:

a) Até um terço dos seus componentes tenha sido removido e substituído;

b) Essa operação seja efetuada por um operador económico registado e autorizado a proceder ao tratamento e marcação ou autorizado a proceder ao fabrico e marcação de material de embalagem de madeira;

c) Cada novo componente introduzido apenas seja utilizado se for previamente tratado por um operador económico autorizado a efetuar o tratamento e marcado pelo operador económico registado que efetua a reparação;

d) Não contenha marcas de mais do que dois operadores económicos diferentes.

3 — Os reparadores de material de embalagem de madeira não registados para proceder ao tratamento e marcação ou ao fabrico e marcação de material de embalagem de madeira estão obrigados ao cumprimento do disposto no n.º 1, não podendo, em caso algum, proceder à aposição de marca.

#### Artigo 31.º-A

##### Tramitação eletrónica

1 — As plataformas utilizadas para a tramitação eletrónica dos procedimentos administrativos previstos no presente decreto-lei devem:

a) Recorrer a meios de autenticação segura, designadamente através do cartão de cidadão ou da chave móvel digital, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 37/2014, de 26 de junho;

b) Disponibilizar informação e dados em formatos abertos, que permitam a leitura por máquina, nos termos da Lei n.º 36/2011, de 21 de junho;

c) Assegurar a interligação com a plataforma de interoperabilidade da Administração Pública e com o sistema de pesquisa *online* de informação pública a que se refere o do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 29/2000, de 13 de março, 72-A/2010, de 18 de junho, e 73/2014, de 13 de maio.

2 — No âmbito dos procedimentos administrativos previstos no presente decreto-lei, os requerentes podem solicitar a dispensa da apresentação dos documentos em posse de qualquer serviço ou organismo da Administração Pública, nos termos do artigo 28.º-A do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 29/2000, de 13 de março, 72-A/2010, de 18 de junho, e 73/2014, de 13 de maio.»

#### Artigo 4.º

##### Alteração aos anexos I a IV ao Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto

Os anexos I a IV ao Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, passam a ter a redação constante do anexo I ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

#### Artigo 5.º

##### Aditamento de anexo ao Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto

É aditado o anexo V ao Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, com a redação constante do anexo II ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

#### Artigo 6.º

##### Alteração sistemática

Os capítulos II e III do Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, passam a denominar-se, respetivamente, «Abate, desramação, circulação e armazenamento de coníferas hospedeiras» e «Tratamento de madeira de coníferas e material de embalagem de madeira, colmeias e ninhos, e restrições à sua circulação, expedição e exportação».

#### Artigo 7.º

##### Referências legais

As referências legais constantes do Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto:

a) À «Autoridade Florestal Nacional» ou à «AFN», consideram-se efetuadas ao «Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.» ou «ICNF, I. P.»;

b) À Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural» ou à «DGADR», consideram-se efetuadas à «Direção-Geral de Alimentação e Veterinária» ou «DGAV»;

c) À «Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo», consideram-se efetuadas à «Autoridade Tributária e Aduaneira».

#### Artigo 8.º

##### Norma revogatória

São revogados o artigo 8.º, os n.ºs 2 e 3 do artigo 11.º, os n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º, o artigo 16.º, o n.º 7 do artigo 26.º e os artigos 28.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto.

#### Artigo 9.º

##### Republicação

É republicado, no anexo III ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, o Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, com a redação atual.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de março de 2015. — *Pedro Passos Coelho* — *Maria Luísa Casanova Morgado Dias de Albuquerque* — *Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira* — *Anabela Maria Pinto de Miranda Rodrigues* — *Luís Miguel Poiães Pessoa Maduro* — *António de Magalhães Pires de Lima* — *Paulo Guilherme da Silva Lemos* — *Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça*.

Promulgado em 3 de junho de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 4 de junho de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.



## ANEXO I

(a que se refere o artigo 4.º)

## «ANEXO I

**Medidas aplicáveis à desramação e ao abate coníferas hospedeiras e eliminação de sobrantes resultantes do abate, na zona de restrição (ZR)**

TABELA

Origem	Tipo de material	Sintomatologia	Exigências fitossanitárias — Período do ano/Ação	
			1 de novembro a 1 de abril	2 de abril a 31 de outubro
Local de intervenção (LI).	Coníferas hospedeiras.	Com sintomas	a) Abate imediato de árvores identificadas com sintomas de declínio.	
		Sem sintomas	b) Sem exigências fitossanitárias ao abate e à desramação.	
	Sobrantes do abate incluindo as lenhas.	Com sintomas	c) Queima imediata em local apropriado situado dentro do mesmo LI ou LI contíguo; ou	
		Sem sintomas	d) Transformação imediata em estilha num destino registado localizado dentro do mesmo LI ou LI contíguo, podendo esta, caso tenha dimensões inferiores ou iguais a 3 cm, permanecer no local de abate	
Restante Zona de Restrição (restante ZR).	Coníferas hospedeiras.	Com sintomas	e) Abate de árvores identificadas com sintomas de declínio durante este período.	f) Abate imediato de árvores identificadas com sintomas de declínio durante este período.
		Sem sintomas	g) Sem exigências fitossanitárias ao abate e à desramação.	
	Sobrantes do abate incluindo as lenhas.	Com sintomas	h) Queima em local apropriado; ou	k) Queima imediata em local apropriado; ou
		Sem sintomas	i) Transformação em estilha num destino	
Zona Tampão (ZT) . . .	Coníferas hospedeiras.	Com sintomas	n) Abate imediato de árvores identificadas com sintomas de declínio.	
		Sem sintomas	o) Sem exigências ao abate.	
	Sobrantes do abate incluindo as lenhas.	Com sintomas	p) Queima imediata no local; ou	
		Sem sintomas	q) Transformação imediata em estilha no local com dimensões inferiores ou iguais a 3 cm, podendo permanecer no local de abate.	

## ANEXO II

**Medidas aplicáveis a circulação e armazenamento de madeiras de coníferas hospedeiras na zona de restrição provenientes de um local de intervenção (LI)**

TABELA I

**Circulação e armazenamento de madeira de coníferas de local de intervenção (LI) para local de intervenção (LI)**

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias — Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Madeira Ø > 20 cm	Com sintomas	a) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	b) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	c) Para a mesma LI ou LI contíguos — transporte para destino A: sem exigências fitossanitárias;	e) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias			
		Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Madeira Ø > 20 cm	Com sintomas			<i>d)</i> Para outras LI — transporte para destinos A: sujeito às medidas 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	
	Sem sintomas	<i>f)</i> Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>g)</i> Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>h)</i> Para a mesma LI ou LI contíguas — transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias; <i>i)</i> Para outras LI — transporte para destinos B: sujeito às medidas 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	<i>j)</i> Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
Madeira Ø ≤ 20 cm	Com sintomas	<i>k)</i> Para a mesma LI ou LI Contíguas — transporte para destino A: sem exigências fitossanitárias; <i>l)</i> Para outras LI — transporte para destino A: sujeito à medida 1.	<i>m)</i> Armazenamento sujeito à medida 4.	<i>n)</i> Para a mesma LI ou LI Contíguas — transporte para destino A: sem exigências fitossanitárias; <i>o)</i> Para outras LI — Não pode circular.	<i>p)</i> Na mesma LI ou LI contíguas — armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 5.
	Sem sintomas	<i>q)</i> Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>r)</i> Armazenamento sujeito à medida 4.	<i>s)</i> Para a mesma LI ou LI Contíguas — Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias; <i>t)</i> Para outras LI — transporte para destinos B: sujeito às medidas 1 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	<i>u)</i> Armazenamento sujeito cumulativamente às medidas 6 e 5.
Sobrantes .....		<i>v)</i> Para a mesma LI ou LI Contíguas — Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias; <i>w)</i> Para outras LI — Não pode circular.	<i>x)</i> Na mesma LI ou LI contíguas armazenamento sujeito à medida 4.	<i>y)</i> Para a mesma LI ou LI Contíguas — Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias; <i>z)</i> Para outras LI — Não pode circular.	<i>aa)</i> Na mesma LI ou LI contíguas armazenamento sujeito à medida 5.
Estilha ≤ 3 cm .....		<i>bb)</i> Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>cc)</i> Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>dd)</i> Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>ee)</i> Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Estilha > 3 cm .....		<i>ff)</i> Transporte para destinos A: sujeito à medida 1.	<i>gg)</i> Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>hh)</i> Para a mesma LI ou LI Contíguas — Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias; <i>ii)</i> Para outras LI — Transporte para destinos A: sujeito às medidas 1 e 2 (ou 3, em alternativa).	<i>jj)</i> Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3, em alternativa).
Casca isolada .....		<i>kk)</i> Para a mesma LI ou LI Contíguas — Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias; <i>ll)</i> Para outras LI — Transporte para destinos A: sujeito à medida 1.	<i>mm)</i> Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>nn)</i> Para a mesma LI ou LI Contíguas — Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias; <i>oo)</i> Para outras LI — Transporte para destinos A: sujeito à medida 1.	<i>pp)</i> Armazenamento sujeito à medida 6.

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias			
		Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Costaneiros sem casca . . . . .		<i>qq</i> ) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	<i>rr</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>ss</i> ) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	<i>tt</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.

TABELA II

**Circulação e armazenamento de madeira de coníferas de local de intervenção (LI) para restante zona de restrição (restante ZR)**

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias			
		Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Madeira Ø > 20 cm	Com sintomas	<i>a</i> ) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	<i>b</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>c</i> ) Transporte para destinos A: sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	<i>d</i> ) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
	Sem sintomas	<i>e</i> ) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>f</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>g</i> ) Transporte para destinos B: sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	<i>h</i> ) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
Madeira Ø ≤ 20 cm	Com sintomas	<i>i</i> ) Transporte para destinos A: sujeito às medidas 1 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	<i>j</i> ) Armazenamento sujeito, cumulativamente às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa) e 4	<i>k</i> ) Não pode circular. . .	<i>l</i> ) Não pode ser rececionado.
	Sem sintomas	<i>m</i> ) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>n</i> ) Armazenamento sujeito à medida 4.	<i>o</i> ) Não pode circular. . .	<i>p</i> ) Não pode ser rececionado.
Sobrantes . . . . .		<i>q</i> ) Não pode circular	<i>r</i> ) Não pode ser rececionado.	<i>s</i> ) Não pode circular. . .	<i>t</i> ) Não pode ser rececionado.
Estilha ≤ 3 cm . . . . .		<i>u</i> ) Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>v</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>w</i> ) Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>x</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Estilha > 3 cm . . . . .		<i>y</i> ) Transporte para destinos A: sujeito à medida 1.	<i>z</i> ) Armazenamento sujeito à medida 4.	<i>aa</i> ) Não pode circular. .	<i>bb</i> ) Não pode ser rececionado.
Casca isolada . . . . .		<i>cc</i> ) Transporte para destinos A: sujeito à medida 1.	<i>dd</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>ee</i> ) Transporte para destinos A: sujeito à medida 1.	<i>ff</i> ) Armazenamento sujeito à medida 6.
Costaneiros sem casca . . . . .		<i>gg</i> ) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	<i>hh</i> ) Armazenamento sujeito à medida 4.	<i>ii</i> ) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	<i>jj</i> ) Armazenamento sujeito à medida 5.

## Legenda das tabelas I e II:

Destinos A — O material lenhoso deve ir para destinos registados que garantam, em alternativa, o processamento, tratamento ou destruição do material lenhoso transportado;

Destinos B — O material lenhoso deve ir para destinos registados que garantam a transformação (descasque e serragem, ou esquadriamento, ou aplainamento, de forma a garantir que não seja mantida a superfície natural arre-

dondada da madeira ou estilhagem) do material lenhoso transportado;

Medida 1 — Transporte em camião coberto ou contentor fechado;

Medida 2 — Transporte/armazenamento sujeito a aplicação de produto fitofarmacêutico autorizado, de acordo com procedimentos definidos pela DGAV;

Medida 3 — Transporte/armazenamento sujeito ao uso de dispositivo de proteção fitossanitária impregnado

com produto fitofarmacêutico inseticida autorizado pela DGAV;

Medida 4 — Processamento, tratamento, destruição ou processamento obrigatórios até 1 de abril;

Medida 5 — Processamento, tratamento, destruição ou processamento imediato (até 15 dias);

Medida 6 — Colocação obrigatória de armadilhas;

Medida 7 — Descasque imediato do material lenhoso.

## ANEXO III

**Medidas aplicáveis à circulação e ao armazenamento de madeiras de coníferas hospedeiras na zona de restrição provenientes da restante zona de restrição (restante ZR)**

TABELA I

**Circulação e armazenamento de madeira de coníferas de restante zona de restrição (restante ZR) para local de intervenção (LI)**

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias			
		Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Madeira Ø > 20 cm	Com sintomas	a) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	b) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	c) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	d) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
	Sem sintomas	e) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	f) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	g) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	h) Armazenamento sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
Madeira Ø ≤ 20 cm	Com sintomas	i) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	j) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	k) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	l) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
	Sem sintomas	m) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	n) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	o) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	p) Armazenamento sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
Sobrantes .....		q) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	r) Armazenamento sujeito à medida 4.	s) Transporte para destinos A: sujeito à medida 1.	t) Armazenamento sujeito à medida 5.
Estilha ≤ 3 cm .....		u) Transporte sem exigências fitossanitárias.	v) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	w) Transporte sem exigências fitossanitárias.	x) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Estilha > 3 cm .....		y) Transporte sem exigências fitossanitárias.	z) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	aa) Transporte para destinos B: sujeito à medida 1.	bb) Armazenamento sujeito à medida 6.
Casca isolada .....		cc) Transporte sem exigências fitossanitárias.	dd) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	ee) Transporte sem exigências fitossanitárias.	ff) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Costaneiros sem casca .....		gg) Transporte sem exigências fitossanitárias.	hh) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	ii) Transporte sem exigências fitossanitárias.	jj) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.

TABELA II

**Circulação e armazenamento de madeira de coníferas de restante zona de restrição (restante ZR)  
para restante zona de restrição (restante ZR)**

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias			
		Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Madeira Ø > 20 cm	Com sintomas	a) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	b) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	c) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	d) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
	Sem sintomas	e) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	f) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	g) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	h) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Madeira Ø ≤ 20 cm	Com sintomas	i) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	j) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	k) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	l) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
	Sem sintomas	m) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	n) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	o) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	p) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Sobrantes .....		q) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	r) Armazenamento sujeito à medida 4.	s) Transporte para destinos A: sujeito à medida 1.	t) Armazenamento sujeito à medida 5.
Estilha ≤ 3 cm .....		u) Transporte sem exigências fitossanitárias.	v) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	w) Transporte sem exigências fitossanitárias.	x) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Estilha > 3 cm .....		y) Transporte sem exigências fitossanitárias.	z) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	aa) Transporte para destinos B: sujeito à medida 1.	bb) Armazenamento sujeito à medida 6.
Casca isolada .....		cc) Transporte sem exigências fitossanitárias.	dd) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	ee) Transporte sem exigências fitossanitárias.	ff) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Costaneiros sem casca .....		gg) Transporte sem exigências fitossanitárias.	hh) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	ii) Transporte sem exigências fitossanitárias.	jj) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.

**Legenda das tabelas I e II:**

Destinos A — O material lenhoso tem que ir para destinos registados que garantam, em alternativa, o processamento, tratamento ou destruição do mesmo;

Destinos B — O material lenhoso tem que ir para destinos registados que garantam a transformação (descasque e serragem, ou esquadriamento, ou aplainamento, de forma a garantir que não seja mantida a superfície natural arredondada da madeira ou estilhagem do material lenhoso);

Medida 1 — Transporte em camião coberto ou contentor fechado;

Medida 2 — Transporte/armazenamento sujeito a aplicação de produto fitofarmacêutico autorizado, de acordo com procedimentos definidos pela DGAV;

Medida 3 — Transporte/armazenamento sujeito ao uso de dispositivo de proteção fitossanitária impregnado com produto fitofarmacêutico inseticida autorizado pela DGAV;

Medida 4 — Processamento, tratamento, destruição ou processamento obrigatórios até 1 de abril;

Medida 5 — Processamento, tratamento, destruição ou processamento imediato (até 15 dias);

Medida 6 — Colocação obrigatória de armadilhas;

Medida 7 — Descasque imediato do material lenhoso.

## ANEXO IV

**Medidas aplicáveis a circulação e armazenamento de madeiras de coníferas hospedeiras na zona de restrição provenientes da zona tampão (ZT)**

TABELA I

**Circulação e armazenamento de madeira de coníferas de zona tampão (ZT) para local de intervenção (LI)**

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias — Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Madeira Ø > 20 cm	Com sintomas	a) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	b) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	c) Transporte imediato para destinos A: sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	d) Armazenamento sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
	Sem sintomas	e) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	f) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	g) Transporte imediato para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	h) Armazenamento sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
Madeira Ø ≤ 20 cm	Com sintomas	i) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	j) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	k) Transporte imediato para destinos A: sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	l) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
	Sem sintomas	m) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	n) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	o) Transporte imediato para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	p) Armazenamento sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
Sobrantes .....		q) Não pode circular. . .	r) Não pode ser rececionado.	s) Não pode circular. .	t) Não pode ser rececionado.
Estilha ≤ 3 cm .....		u) Transporte sem exigências fitossanitárias.	v) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	w) Transporte sem exigências fitossanitárias.	x) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Estilha > 3 cm .....		y) Transporte sem exigências fitossanitárias.	z) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	aa) Transporte sem exigências fitossanitárias.	bb) Armazenamento sujeito à medida 6.
Casca isolada .....		cc) Transporte sem exigências fitossanitárias.	dd) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	ee) Transporte sem exigências fitossanitárias.	ff) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Costaneiros sem casca .....		gg) Transporte sem exigências fitossanitárias.	hh) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	ii) Transporte sem exigências fitossanitárias.	jj) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.

TABELA II

**Circulação e armazenamento de madeira de coníferas de zona tampão (ZT) para restante zona de restrição (restante ZR)**

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias — Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Madeira Ø > 20 cm	Com sintomas	a) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	b) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	c) Transporte imediato para destinos A: sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	d) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias			
		Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Madeira Ø > 20 cm	Sem sintomas	e) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	f) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	g) Transporte imediato para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	h) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Madeira Ø ≤ 20 cm	Com sintomas	i) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	j) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	k) Transporte imediato para destinos A: sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	l) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
	Sem sintomas	m) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	n) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	o) Transporte imediato para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	p) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Sobrantes . . . . .		q) Não pode circular. . .	r) Não pode ser rececionado.	s) Não pode circular. . .	t) Não pode ser rececionado.
Estilha ≤ 3 cm . . . . .		u) Transporte sem exigências fitossanitárias.	v) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	w) Transporte sem exigências fitossanitárias.	x) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Estilha > 3 cm . . . . .		y) Transporte sem exigências fitossanitárias.	z) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	aa) Transporte sem exigências fitossanitárias.	bb) Armazenamento sujeito à medida 6.
Casca isolada . . . . .		cc) Transporte sem exigências fitossanitárias.	dd) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	ee) Transporte sem exigências fitossanitárias.	ff) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Costaneiros sem casca . . . . .		gg) Transporte sem exigências fitossanitárias.	hh) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	ii) Transporte sem exigências fitossanitárias.	jj) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.

TABELA III

**Circulação e armazenamento de madeira de coníferas de zona tampão (ZT) para zona tampão (ZT)**

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias			
		Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Madeira Ø > 20 cm	Com sintomas	a) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	b) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	c) Transporte imediato para destinos A: sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	d) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
	Sem sintomas	e) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	f) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	g) Transporte imediato para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	h) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
Madeira Ø ≤ 20 cm	Com sintomas	i) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	j) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	k) Transporte imediato para destinos A: sujeito, cumulativamente às medidas 1 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	l) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
	Sem sintomas	m) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	n) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	o) Transporte imediato para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	p) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias			
		Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Sobrantes .....		q) Não pode circular. . .	r) Não pode ser rececionado.	s) Não pode circular. . .	t) Não pode ser rececionado.
Estilha ≤ 3 cm .....		u) Transporte sem exigências fitossanitárias.	v) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	w) Transporte para destinos B: sujeito à medida 1.	x) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Estilha > 3 cm .....		y) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	z) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	aa) Transporte para os destinos A: sujeito às medidas 1 e 2 (ou 3, em alternativa).	bb) Armazenamento sujeito à medida 2 ou 3.
Casca isolada .....	Com sintomas	cc) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias,	dd) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	ee) Transporte para destinos A: sujeito à medida 1.	ff) Armazenamento sujeito à medida 2 ou 3.
	Sem sintomas	gg) Transporte sem exigências fitossanitárias.	hh) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	ii) Transporte sem exigências fitossanitárias.	jj) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Costaneiros sem casca	Com sintomas	kk) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	ll) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	mm) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	nn) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
	Sem sintomas	oo) Transporte sem exigências fitossanitárias.	pp) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	qq) Transporte sem exigências fitossanitárias.	rr) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.

Legendas das tabelas I, II e III:

Destinos A — O material lenhoso tem que ir para destinos registados que garantam, em alternativa, o processamento, tratamento ou destruição do mesmo;

Destinos B — O material lenhoso tem que ir para destinos registados que garantam a transformação (descasque e serragem, ou esquadriamento, ou aplainamento, de forma a garantir que não seja mantida a superfície natural arredondada da madeira ou estilhagem do material lenhoso);

Medida 1 — Transporte em camião coberto ou contentor fechado;

Medida 2 — Transporte/armazenamento sujeito a aplicação de produto fitofarmacêutico autorizado, de acordo com procedimentos definidos pela DGAV;

Medida 3 — Transporte/armazenamento sujeito ao uso de dispositivo de proteção fitossanitária impregnado com produto fitofarmacêutico inseticida autorizado pela DGAV;

Medida 4 — Processamento, tratamento, destruição ou processamento obrigatórios até 1 de abril;

Medida 5 — Processamento, tratamento, destruição ou processamento imediato (até 15 dias);

Medida 6 — Colocação obrigatória de armadilhas;

Medida 7 — Descasque imediato do material lenhoso.»

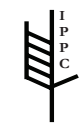
## ANEXO II

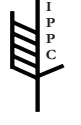
(a que se refere o artigo 5.º)

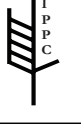
### «ANEXO V

#### Marcação do material de embalagem de madeira

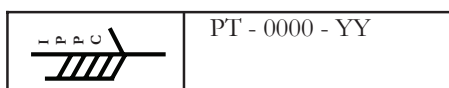
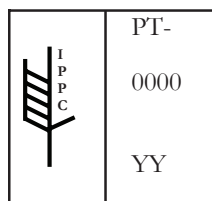
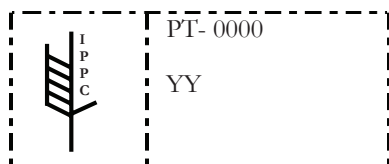
1 — Deve ser utilizada uma das seguintes marcas, a apor no material de embalagem, atestando o tratamento a que foi sujeito:

	PT - 0000 YY
--	-----------------

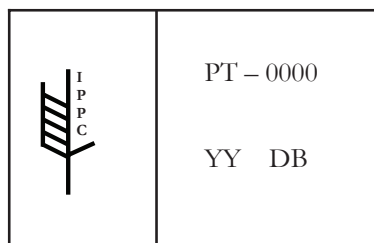
	PT- 0000 YY
--	-------------------

	PT - 0000 - YY
--	----------------





2 — Marca aprovada na versão anterior da NIMF n.º 15 que pode ser utilizada até que seja efetuada substituição dos ‘carimbos’/‘ferros’:



3 — Preenchimento da marca:

0000 — número de registo oficial do operador económico atribuído pelos serviços oficiais;

YY — tipo de tratamento;

4 — A marcação, a tinta ou a fogo, deve estar de acordo com um dos modelos indicados no n.º 1, ser legível, permanente e intransmissível e colocada em local visível, de preferência em pelo menos duas faces opostas do material sujeito a marcação.

5 — Não devem ser utilizadas as cores vermelha e laranja na marcação.»

### ANEXO III

(a que se refere o artigo 9.º)

### Republicação do Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto

#### CAPÍTULO I

#### Disposições gerais

##### Artigo 1.º

##### Objeto

1 — O presente decreto-lei estabelece medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP), *Bursaphelenchus xylophilus* (Steiner & Bühner) Nickle *et al.*, e do seu inseto vetor, o longicórnio do pinheiro, *Monochamus galloprovincialis* (Oliv.), com vista a evitar a dispersão da doença da murchidão do pinheiro e, quando

possível, a sua erradicação, procedendo à implementação das medidas de proteção fitossanitária previstas na Decisão de Execução n.º 2012/535/UE, da Comissão, de 26 de setembro de 2012, alterada pela Decisão de Execução n.º 2015/226/UE, da Comissão, de 11 de fevereiro de 2015, relativa a medidas de emergência contra a propagação na União de *Bursaphelenchus xylophilus* (Steiner & Bühner) Nickle *et al.*

2 — O presente decreto-lei estabelece, igualmente:

a) Os termos da aplicação das medidas aprovadas pela Norma Internacional para as Medidas Fitossanitárias n.º 15 (NIMF n.º 15) da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), relativas a material de embalagem de madeira;

b) As medidas fitossanitárias relativas a madeira de coníferas;

c) As exigências relativas ao fabrico, tratamento e marcação do material de embalagem e ao tratamento da madeira referidas nas alíneas anteriores, bem como o regime aplicável à sua circulação, expedição e exportação.

#### Artigo 2.º

##### Conceitos

Para efeitos do presente decreto-lei, entende-se por:

a) «Abate», o corte, desramação e toragem de árvores;

b) «Árvores com sintomas de declínio», as coníferas hospedeiras que por ação de agentes bióticos e ou abióticos se encontram enfraquecidas, com a copa seca ou a secar total ou parcialmente, apresentam agulhas descoladas ou estejam tombadas ou tenham sido afetadas por tempestades e por incêndios (queimadas ou parcialmente queimadas);

c) «Colmeias e ninhos», as colmeias e os ninhos de aves constituídos no todo ou em parte por madeira de coníferas;

d) «Coníferas» as espécies florestais gimnospermas vulgarmente designadas por resinosas;

e) «Coníferas hospedeiras», as coníferas dos géneros *Abies* Mill. (abetos), *Cedrus* Trew (cedros), *Larix* Mill. (larix), *Picea* A. Dietr. (piceas ou espruces), *Pinus* L. (pinheiros), *Pseudotsuga* Carr. (falsas-tsugas), e *Tsuga* Carr. (tsugas), com exceção dos seus frutos e sementes;

f) «Desramação», a operação de corte de ramos vivos ou mortos, com os objetivos de valorizar a qualidade da madeira, de fomentar a descontinuidade de combustível ou de salvaguardar as condições de segurança de infraestruturas de transporte;

g) «Destinos registados», os locais de atividade dos operadores económicos inscritos no registo oficial que procedem ao processamento, transformação, queima industrial, tratamento e parqueamento de madeira de coníferas;

h) «Local de intervenção (LI)», as unidades administrativas territoriais listadas e publicitadas no sítio na Internet do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), bem como por editais afixados nas respetivas juntas de freguesia, onde é conhecida a presença do NMP ou em que seja reconhecido, pelo ICNF, I. P., o risco do seu estabelecimento e dispersão;

i) «Madeira»:

i) A madeira não processada, incluindo a que não manteve a sua superfície natural arredondada;

ii) A madeira em bruto, mesmo descascada, desalburada ou esquadriada, tratada com tinta, corantes, creosoto ou outros agentes de conservação;

iii) A madeira serrada ou endireitada longitudinalmente, cortada ou desenrolada, mesmo aplainada, polida, estacas fendidas, estacas aguçadas, não serradas longitudinalmente, dormentes de madeira para vias férreas ou semelhantes;

iv) Os sobrantes e lenha em qualquer estado;

v) A casca isolada; ou

vi) A madeira sob a forma de estilha, partículas, serradura, aparas e desperdícios;

j) «Madeira processada» a madeira obtida através da utilização de colas, calor ou pressão ou a combinação destes que garanta a isenção de nemátodos vivos;

k) «Manifesto de abate, desramação e circulação», o documento, assinado pelo declarante, que atesta a comunicação ao ICNF, I. P., do ato de abate, desramação e ou a colocação em circulação da madeira de coníferas na zona de restrição;

l) «Material de embalagem de madeira», o material de madeira não processada, utilizada no suporte, proteção ou transporte de mercadorias, nomeadamente caixotes, caixas, engradados, barricas e embalagens semelhantes, paletes, taipais de paletes, paletes-caixas ou outros estrados para carga, esteiras, separadores e suportes;

m) «Parque de madeira», qualquer local, coberto ou a céu aberto, de armazenamento ou estacionamento de madeira de coníferas, independentemente da sua duração;

n) «Restante zona de restrição (restante ZR)», a área correspondente à totalidade do território continental, exceto zona tampão e LI;

o) «Zona de restrição (ZR)» a área correspondente à totalidade do território continental, incluindo a zona tampão, e a ilha da Madeira;

p) «Zona isenta (ZI)», a área correspondente ao arquipélago dos Açores, à ilha de Porto Santo, ilhas Desertas e Selvagens;

q) «Zona tampão (ZT)», a área do território continental com uma largura de aproximadamente 20 km adjacente à fronteira com Espanha, integrada pelas freguesias listadas e publicitadas no sítio na Internet do ICNF, I. P.

### Artigo 3.º

#### Autoridades competentes

1 — A aplicação do disposto no presente decreto-lei compete em especial à Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) e ao ICNF, I. P., respetivamente, nas qualidades de autoridade fitossanitária nacional e de autoridade florestal nacional.

2 — Para efeitos do presente decreto-lei, a DGAV coordena a intervenção das direções regionais de agricultura e pescas (DRAP).

### Artigo 4.º

#### Registo oficial

1 — Estão sujeitos a inscrição obrigatória no registo oficial atribuído e mantido pela DGAV, a que se referem os artigos 9.º a 11.º do Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro, os operadores económicos localizados na ZR que no exercício da respetiva atividade:

a) Procedem ao abate, desramação, transporte, processamento, transformação ou queima industrial, de madeira de coníferas;

b) Procedem à produção ou comercialização de coníferas hospedeiras destinadas à plantação;

c) Procedem, sem prejuízo das especificidades e condicionantes previstas no capítulo III, ao:

i) Tratamento de madeira de coníferas;

ii) Tratamento e marcação do material de embalagem de madeira ou de colmeias e ninhos; ou

iii) Fabrico e marcação do material de embalagem de madeira ou de colmeias e ninhos.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, estão igualmente sujeitos a inscrição obrigatória naquele registo os operadores económicos detentores de parques de madeira de coníferas com capacidade de armazenamento superiores a 10 m<sup>3</sup>.

3 — O pedido de permissão administrativa de registo oficial é efetuado preferencialmente por via eletrónica, através do balcão único eletrónico dos serviços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, mediante o preenchimento do respetivo formulário disponibilizado naquele balcão e nos sítios na Internet do ICNF, I. P., e da DGAV, de acordo com os procedimentos neles indicados.

4 — O formulário é remetido por via eletrónica ao ICNF, I. P., no caso das atividades referidas na alínea a) e b) do n.º 1 e no n.º 2, e à DGAV no caso das atividades referidas na alínea c) do n.º 1.

5 — Quando, por motivo de indisponibilidade das plataformas eletrónicas, não for possível o cumprimento do disposto nos n.ºs 3 e 4, a transmissão da informação em causa pode ser efetuada por qualquer outro meio previsto na lei.

6 — A entidade recetora do pedido de registo decide sobre o mesmo no prazo de 30 dias contados da receção do pedido.

7 — Sempre que seja necessário realizar vistoria prévia ao local de atividade que consubstancia o pedido, a mesma deve ser marcada até ao termo do prazo referido no número anterior, o qual se suspende até à conclusão da vistoria.

8 — A marcação da vistoria é notificada ao interessado e é agendada para uma data nunca posterior aos 15 dias seguintes à data da notificação.

9 — Qualquer alteração aos elementos constantes do registo oficial validado ou a validar deve ser comunicada às respetivas entidades, nos termos previstos no n.º 4.

10 — Sem prejuízo do cumprimento do disposto nos artigos 6.º a 10.º, estão isentos de inscrição obrigatória no registo oficial os proprietários, bem como os titulares de outros direitos reais ou de arrendamento que disponham de poderes de disposição sobre as árvores, no caso de serem eles próprios a proceder diretamente ao abate, desramação ou ao transporte de coníferas.

11 — As ações compreendidas e decorrentes do registo previsto na subalínea iii) da alínea c) do n.º 1 podem ser executadas pelo ICNF, I. P., em articulação com a DGAV, em termos a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da fitossanidade e das florestas.

### Artigo 5.º

#### Plano de Ação Nacional para Controlo do nemátodo da madeira do pinheiro

1 — O Plano de Ação Nacional para Controlo do NMP define a estratégia e estabelece os mecanismos de atuação concertada entre as diferentes entidades envolvidas, a

adotar na prossecução dos objetivos e medidas definidas no presente decreto-lei.

2 — O Plano é elaborado com periodicidade máxima de cinco anos pela DGAV e pelo ICNF, I. P., em articulação com a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), revisto sempre que se justifiquem alterações às medidas nele previstas e divulgado nos respetivos sítios na Internet.

3 — Os Planos relativos às Regiões Autónomas são elaborados com a periodicidade máxima de cinco anos pelas entidades das respetivas administrações regionais com atribuições e competências nas matérias em causa, em articulação com a DGAV e o ICNF, I. P.

## CAPÍTULO II

### Abate, desramação, circulação e armazenamento de coníferas hospedeiras

#### Artigo 6.º

##### Manifesto de abate, desramação e circulação de madeira de coníferas

1 — É obrigatória a comunicação prévia ao ICNF, I. P., dos atos de abate e ou desramação de coníferas hospedeiras, bem como do ato de colocação em circulação de madeira de coníferas na ZR.

2 — A comunicação prévia referida no número anterior é efetuada por via eletrónica, através do balcão único eletrónico dos serviços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, mediante o acesso ao formulário eletrónico do manifesto de abate, desramação e circulação disponível no sítio na Internet do ICNF, I. P., sendo que, caso ocorra indisponibilidade operativa da aplicação informática e desde que devidamente reconhecida pelo ICNF, I. P., é aplicável o procedimento administrativo alternativo divulgado e disponibilizado naquele sítio na Internet.

3 — A comunicação prévia referida nos números anteriores deve ser realizada pelo responsável pelo abate ou desramação e, no caso da colocação em circulação, pelo fornecedor da madeira de coníferas, quer este esteja ou não sujeito à obrigação de inscrição no registo oficial prevista no artigo 4.º

4 — Durante a operação de abate ou desramação, o executor do ato deve estar munido do manifesto de abate, desramação e circulação, impresso ou sua cópia.

5 — Toda a circulação de madeira de coníferas deve ser sempre acompanhada do manifesto de abate, desramação e circulação, impresso ou sua cópia, de acordo com a origem e destino nele declarados, sendo o transportador responsável pelo cumprimento desta obrigação.

6 — O declarante das operações de abate e desramação constante do manifesto de abate, desramação e circulação é responsável pela eliminação dos sobrantes resultantes daquelas ações.

7 — Os agentes económicos só podem rececionar madeira de coníferas desde que esta esteja acompanhada do manifesto de abate, desramação e circulação, impresso ou sua cópia, estando igualmente obrigados a conservá-lo por um período mínimo de dois anos.

8 — Qualquer fornecedor de madeira de coníferas está obrigado a conservar por um período mínimo de dois anos as cópias dos manifestos de abate, desramação e circulação de toda a madeira que fornece.

9 — Não é exigido o manifesto de abate, desramação e circulação de madeira de coníferas nas seguintes situações:

a) Circulação de madeira de coníferas com origem fora da ZR, desde o ponto de entrada na ZR até ao primeiro local de destino;

b) Circulação de madeira de coníferas, até 1 m<sup>3</sup>, resultante de vendas a retalho ao consumidor final, sem prejuízo do cumprimento das exigências estabelecidas no artigo 19.º-A;

c) Circulação de madeira de coníferas tratada de acordo com o estabelecido no artigo 15.º, desde que se encontre acompanhada com o respetivo passaporte fitossanitário.

#### Artigo 7.º

##### Abate de coníferas hospedeiras com sintomas de declínio na ZR

1 — Os proprietários e os titulares de outros direitos reais sobre árvores coníferas hospedeiras, localizadas na ZR, que apresentem sintomas de declínio, estão obrigados a proceder ao abate dessas árvores e à eliminação dos respetivos sobrantes, ainda que não hajam sido notificados para o efeito.

2 — Ficam especialmente sujeitos à obrigação referida no número anterior os proprietários e os titulares de outros direitos reais sobre árvores coníferas hospedeiras localizadas na ZT e nos LI, logo que nelas sejam detetados os sintomas de declínio, sendo considerados de interesse público e de carácter urgente o abate, a eliminação dos sobrantes e a remoção dessas árvores, durante todo o ano.

3 — Estão igualmente sujeitos às obrigações referidas nos números anteriores os arrendatários cujos contratos lhes outorgam poderes de disposição sobre árvores coníferas hospedeiras que apresentem sintomas de declínio.

4 — Os proprietários e os titulares de outros direitos reais referidos nos números anteriores ficam ainda obrigados ao cumprimento das exigências estabelecidas nos artigos 9.º e 10.º e no anexo I ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

5 — Sem prejuízo da comunicação prevista no artigo 6.º, no caso de deteção de árvores com sintomas de declínio na ZT, os sujeitos referidos nos números anteriores ficam ainda obrigados a comunicar de imediato, logo após a deteção dos sintomas, este facto ao ICNF, I. P., para efeitos de colheita de amostras.

6 — Em caso de incumprimento do disposto nos números anteriores, o Estado, através do ICNF, I. P., pode substituir-se aos titulares dos mencionados direitos, promovendo o abate das árvores com sintomas de declínio e a eliminação dos respetivos sobrantes.

7 — O Estado utiliza o valor da madeira abatida nos termos do disposto no número anterior, quando for caso disso, para suportar as despesas com tais ações.

8 — O Estado tem direito de regresso contra os titulares referidos nos números anteriores, nos termos gerais de direito, caso o montante obtido com o valor da madeira não cubra a totalidade das despesas relacionadas com as operações realizadas ao abrigo do n.º 6.

#### Artigo 7.º-A

##### Exclusão de um LI

Caso não seja detetada a presença do NMP na sequência de prospeções oficiais que incluam inspeções e análises laboratoriais para teste da presença do NMP localizadas

num LI, durante quatro anos consecutivos, essa unidade territorial administrativa deixa de ser definida como LI.

#### Artigo 7.º-B

##### Deteção do NMP na ZT

1 — Caso se detete a presença de NMP na ZT, os sujeitos referidos nos n.ºs 1 a 3 do artigo 7.º ficam obrigados, após notificação pelo ICNF, I. P., ao abate imediato de todas as coníferas hospedeiras, com e sem sintomas de declínio, num raio mínimo de 500 m, em torno de cada exemplar infetado com o NMP, bem como à eliminação dos respetivos sobrantes.

2 — O raio mínimo referido no número anterior pode ser reduzido para 100 m, nos casos em que se reconheçam impactes ambientais ou sociais inadmissíveis e desde que sejam adotadas medidas de proteção fitossanitária alternativas definidas pelo ICNF, I. P., e pela DGAV.

3 — O abate das coníferas e a circulação e armazenamento do material lenhoso resultante das ações a que se referem os números anteriores devem cumprir com as exigências fitossanitárias estabelecidas no anexo I e no anexo IV ao presente decreto-lei, do qual fazem parte integrante, correspondentes a coníferas com sintomas de declínio.

#### Artigo 8.º

##### Abate de coníferas hospedeiras em pontos isolados

[Revogado.]

#### Artigo 9.º

##### Abate de coníferas hospedeiras sem sintomas de declínio na ZR

1 — Os proprietários e os titulares de outros direitos reais ou de arrendamento com poderes de disposição sobre árvores coníferas hospedeiras na ZR podem ser notificados pelo ICNF, I. P., para proceder ao abate dessas árvores sem sintomas de declínio e à eliminação dos respetivos sobrantes, quando for considerado necessário para evitar a dispersão do NMP, devendo cumprir as demais exigências fitossanitárias estabelecidas nos artigos 6.º, 10.º e 11.º e no anexo I.

2 — Os sujeitos referidos no número anterior, que procedam ao abate daquelas árvores sem que para tal tenham sido notificados, ficam igualmente obrigados à eliminação dos respetivos sobrantes, bem como ao cumprimento das exigências fitossanitárias estabelecidas nos artigos 6.º, 10.º e 11.º e no anexo I.

#### Artigo 10.º

##### Circulação de madeira e sobrantes na ZR

1 — Sem prejuízo do disposto nos artigos 6.º a 9.º, a circulação da madeira e sobrantes de coníferas, com e sem sintomas de declínio, na ZR fica sujeita ao cumprimento das exigências fitossanitárias previstas:

a) No capítulo III, caso sejam provenientes da restante ZR e LI para a ZT;

b) No anexo II ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, caso sejam provenientes de um LI para a ZR, exceto ZT, no que respeita ao tipo de madeira nele tipificada;

c) No anexo III ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, caso sejam provenientes da restante ZR

para a ZR, exceto ZT, no que respeita ao tipo de madeira nele tipificada;

d) No anexo IV, caso sejam provenientes da ZT para a ZR, no que respeita ao tipo de madeira nele tipificada.

2 — Por despacho do presidente do ICNF, I. P., podem ser estabelecidas, a título excecional, medidas alternativas ou complementares às referidas no número anterior, na sequência de pedido escrito nesse sentido pelos interessados.

#### Artigo 11.º

##### Armazenamento de madeira e sobrantes de coníferas na ZR

1 — O armazenamento na ZR, ainda que temporário, de madeira de coníferas com ou sem sintomas de declínio e respetivos sobrantes, está sujeito às exigências fitossanitárias estabelecidas nos anexos II, III e IV.

2 — [Revogado.]

3 — [Revogado.]

#### Artigo 12.º

##### Vegetais de coníferas hospedeiras provenientes da ZR

1 — A circulação na ZT, bem como a expedição para a ZT, ZI e outros Estados-Membros, de coníferas hospedeiras provenientes da ZR, exceto ZT, assim como a expedição de coníferas hospedeiras provenientes da ZT para a ZI e outros Estados-Membros, destinadas ou não à plantação, só são permitidas desde que esses vegetais cumpram as seguintes exigências fitossanitárias cumulativas, tendo sido:

a) Cultivados num local de produção em que não tenha sido detetado a presença do NMP e respetivos sintomas, desde o início do último ciclo vegetativo completo;

b) Cultivados, durante o respetivo ciclo de vida, num estado de proteção física completa relativamente ao inseto vetor do NMP;

c) Oficialmente inspecionados, testados e considerados isentos do NMP e do seu inseto vetor;

d) Transportados fora do período de voo do inseto vetor NMP ou em embalagens ou contentores fechados, garantindo que a infestação com o NMP ou com o seu vetor não pode ocorrer.

2 — O cumprimento das exigências estabelecidas no número anterior é atestado pela emissão de um passaporte fitossanitário, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro.

3 — Caso se verifique a presença do NMP num local de produção de coníferas hospedeiras destinadas à plantação localizado na ZR, as coníferas infestadas, após notificação pelos serviços oficiais competentes, devem ser de imediato destruídas sob controlo oficial e as restantes coníferas hospedeiras sujeitas às medidas de proteção fitossanitária adequadas.

#### Artigo 12.º-A

##### Limpeza de veículos e maquinaria

Os operadores económicos referidos na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º devem cumprir com as medidas de proteção fitossanitária e respetivos requisitos técnicos específicos constantes do protocolo de higiene estabelecido e publicitado pelo ICNF, I. P., no seu sítio na Internet, aplicável aos veículos que transportem madeira e às máquinas

e outros equipamentos utilizados para a sua transformação, a fim de prevenir a dispersão do NMP.

### Artigo 13.º

#### Dever de informação da presença do NMP

1 — Qualquer pessoa, singular ou coletiva, que tenha conhecimento ou suspeite da presença do NMP deve, de imediato, informar o ICNF, I. P., ou a DGAV, devendo, igualmente, sempre que solicitadas por estes serviços fornecer as informações que estiverem na sua posse relativas à presença do NMP.

2 — *[Revogado.]*

3 — *[Revogado.]*

## CAPÍTULO III

### Tratamento de madeira de coníferas e material de embalagem de madeira, colmeias e ninhos, e restrições à sua circulação, expedição e exportação

#### Artigo 14.º

##### Âmbito

1 — O presente capítulo estabelece os termos da aplicação das medidas aprovadas pela NIMF n.º 15, relativamente a:

a) Material de embalagem de madeira de coníferas, não processada, proveniente da ZR, quer esteja ou não a ser utilizado no suporte, proteção ou transporte de mercadorias, e destinado à circulação na ZR, incluindo a circulação para a ZT e entre o território continental e a ilha da Madeira, e à expedição para a ZI e outros Estados-Membros, bem como colmeias e ninhos provenientes da ZR e destinados à expedição para a ZT, ZI e outros Estados-Membros;

b) Material de embalagem de madeira de qualquer espécie, não processada, destinado à exportação para países terceiros.

2 — As medidas de proteção fitossanitária estabelecidas no presente capítulo incidem, igualmente, sobre madeira não processada de coníferas, incluindo a casca isolada de coníferas, e madeira de coníferas sob a forma de estilha, partículas, aparas e desperdícios, proveniente da ZR e destinada à expedição para a ZI, ZT, outros Estados membros da União Europeia ou à exportação para países terceiros, bem como à circulação entre o território continental e a ilha da Madeira.

3 — O disposto no n.º 1 não se aplica a material de embalagem de madeira em que todos os seus componentes de madeira têm espessura igual ou inferior a 6 mm.

4 — As colmeias e ninhos referidos na alínea a) do n.º 1, para além das exigências fitossanitárias que se encontrem expressamente previstas no presente capítulo, aplicam-se as exigências fitossanitárias e demais procedimentos aplicáveis ao material de embalagem de madeira que se encontram previstas no presente decreto-lei.

#### Artigo 15.º

##### Registo oficial e especificidades das autorizações

1 — Os operadores económicos registados a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º são autorizados, caso a caso, a proceder ao tratamento da madeira de coníferas e de material de embalagem de madeira, em função das

características da madeira que tratam, bem como a proceder ao fabrico e marcação de material de embalagem de madeira, nos termos definidos no presente capítulo.

2 — Os operadores económicos registados são responsáveis pela:

a) Aposição da sua marca atestando:

i) A sujeição ao tratamento do material de embalagem de madeira realizado pelo próprio; ou

ii) Desde que não se encontrem autorizados a proceder ao tratamento, o fabrico do material de embalagem exclusivamente com madeira previamente sujeita a tratamento por outro operador económico registado e autorizado para o efeito;

b) Devida utilização do passaporte fitossanitário, atestando a sujeição, pelo próprio, ao tratamento da madeira de coníferas.

3 — Os operadores económicos registados estão impedidos de autorizar a aposição da sua própria marca por terceiros.

4 — A DGAV publicita no seu sítio na Internet as listagens atualizadas dos operadores económicos registados e respetivas atividades autorizadas, as quais são também disponibilizadas através do sistema de pesquisa *online* de informação pública previsto no Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 29/2000, de 13 de março, 72-A/2010, de 18 de junho, e 73/2014, de 13 de maio.

5 — Os operadores económicos registados referidos no presente artigo estão sujeitos a ações de supervisão oficial para verificação do cumprimento dos requisitos legais previstos no presente decreto-lei e que consubstanciam cada atividade autorizada.

6 — Os procedimentos de supervisão oficial são estabelecidos pela DGAV e publicitados no seu sítio na Internet.

7 — Sem prejuízo de responsabilidade contraordenacional, em caso de não cumprimento das exigências que consubstanciam cada autorização concedida e das demais medidas estabelecidas no presente decreto-lei, a DGAV pode proceder à suspensão ou ao cancelamento do registo oficial dos operadores económicos.

8 — A suspensão do registo oficial dura pelo período de tempo necessário à completa averiguação das causas das inconformidades verificadas, implementação de ações corretivas e avaliação da respetiva eficácia.

9 — A notificação da suspensão ou do cancelamento do registo oficial aos interessados implica a cessação imediata das atividades autorizadas.

#### Artigo 16.º

##### Exigências gerais

*[Revogado.]*

#### Artigo 17.º

##### Exigências fitossanitárias para madeira de coníferas e material de embalagem de madeira

1 — O material de embalagem de madeira referido nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 14.º deve ser produzido a partir de madeira descascada, conforme especificado na NIMF n.º 15, e está sujeito às exigências e critérios técnicos

específicos de fabrico, tratamento e marcação, previstos no presente capítulo e no anexo V ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

2 — Todo o material de embalagem referido na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 14.º, que não se encontre tratado e marcado conforme especificado na NIMF n.º 15, deve ser tratado e marcado de acordo com o disposto no número anterior, quando se destine à expedição para a ZI, ZT e outros Estados-Membros e à circulação entre o território continental e a ilha da Madeira.

3 — Os operadores económicos que procedem ao fabrico ou reparação de material de embalagem na ZR, quer se encontrem ou não registados para esse efeito, só podem colocar em circulação o material por eles fabricado ou reparado, depois de tratado e marcado de acordo com o disposto no n.º 1, independentemente do destino que lhe venha a ser dado, com exceção do transporte para destinos registados de tratamento e da circulação de colmeias e ninhos.

4 — Todo o material de embalagem referido na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 14.º, que seja proveniente dos outros Estados-Membros ou da ZI, que não se encontre tratado e marcado conforme especificado na NIMF n.º 15, deve ser tratado e marcado de acordo com o disposto no n.º 1, quando se destine a sair da ZR ou se destine à ZT proveniente da ZR, exceto ZT.

5 — Todo o material de embalagem referido na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 14.º deve ser tratado e marcado de acordo com o disposto no artigo 15.º e no anexo V, quando se destine à exportação para países terceiros.

6 — A madeira de coníferas referida no n.º 2 do artigo 14.º está sujeita às exigências de tratamento e requisitos técnicos específicos previstos no presente capítulo.

7 — O cumprimento das exigências estabelecidas no número anterior é atestado pela emissão de passaporte fitossanitário, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro, aposto a cada unidade daqueles materiais, no caso de ser destinada à expedição para a ZI, ZT e outros Estados-Membros e à circulação entre o território continental e a ilha da Madeira.

8 — A madeira de coníferas referida no n.º 2 do artigo 14.º, no período de 2 de abril a 31 de outubro, deve ser expedida descascada ou com uma cobertura de proteção que garanta que a infestação com o NMP ou com o seu vetor não pode ocorrer.

#### Artigo 18.º

##### Exigências aplicáveis aos tratamentos

1 — O tratamento de madeira de coníferas deve ser realizado pelo calor (HT), de modo a atingir um mínimo de 56º C durante trinta minutos consecutivos, em toda a madeira.

2 — O tratamento de material de embalagem de madeira deve ser realizado por HT ou por qualquer outro método previsto na NIMF n.º 15.

3 — Para a realização do tratamento por HT referido nos números anteriores, devem ser cumpridos os seguintes requisitos técnicos:

*a*) Aplicar o método de medição direta de temperatura no centro da madeira previsto na Norma Portuguesa «NP 4487 — Madeira serrada, paletes e outras embalagens de resinosas. Tratamento fitossanitário pelo calor para eliminação do nemátodo da madeira do pinheiro (*Bursaphelenchus xylophilus*)», exceto para a casca isolada de

coníferas e madeira de coníferas sob a forma de estilha, partículas, aparas e desperdícios;

*b*) Aplicar o método previsto na Norma Portuguesa «NP 4515:2013-pt — Casca e estilha de madeira de Resinosas; Tratamento fitossanitário pelo calor para eliminação do nemátodo da madeira do pinheiro (*Bursaphelenchus xylophilus*) e outros organismos prejudiciais».

4 — O tratamento por HT, a que se refere os n.ºs 1 e 2, deve ainda cumprir com requisitos técnicos específicos adicionais estabelecidos pela DGAV e publicitados no seu sítio na Internet, os quais são ainda tornados públicos através do balcão único eletrónico dos serviços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

5 — A aplicação de qualquer outro método de tratamento previsto na NIMF n.º 15 carece do estabelecimento prévio pela DGAV de condições e requisitos técnicos específicos para a aplicação desses métodos e publicitados no seu sítio na Internet os quais são ainda tornados públicos através do balcão único eletrónico dos serviços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

#### Artigo 19.º

##### Exigências para fabrico e marcação de material de embalagem de madeira

1 — Os operadores económicos registados e autorizados a proceder ao fabrico e marcação de material de embalagem de madeira e que não procedem aos tratamentos previstos no artigo anterior devem, para esse efeito, cumprir com as seguintes exigências:

*a*) Utilizar exclusivamente madeira previamente tratada por um operador económico registado e autorizado para o efeito e acompanhada de passaporte fitossanitário;

*b*) Manter os lotes adquiridos devidamente separados e identificados, de forma a garantir a rastreabilidade da madeira utilizada;

*c*) Utilizar marca com o seu próprio número de registo no material de embalagem de madeira por si fabricado, de acordo com um dos modelos de marca previstos no anexo V;

*d*) Cumprir os requisitos técnicos estabelecidos pela DGAV e publicitados no seu sítio na Internet e no balcão único eletrónico dos serviços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

2 — Nos locais de atividade aprovados dos operadores económicos referidos no número anterior só é permitida a existência de madeira não tratada, desde que armazenada e transformada de forma separada e devidamente identificada.

3 — A marca a que se refere a alínea *c*) do n.º 1 é de uso exclusivo do respetivo operador registado, não podendo, em caso algum, ser aposta por qualquer outro operador económico.

4 — É proibido a qualquer operador económico fabricar material de embalagem de madeira, cuja madeira se encontre previamente marcada por um operador económico registado ao abrigo do artigo 15.º

#### Artigo 19.º-A

##### Exigências para reparação de material de embalagem de madeira

1 — As exigências fitossanitárias referidas no artigo anterior aplicam-se igualmente ao material de embalagem

de madeira reparado, o qual deve ser novamente tratado e remarcado, sendo obrigatória a eliminação completa e permanente da marca do tratamento anterior.

2 — A obrigatoriedade de tratamento do material de embalagem de madeira reparado na sua totalidade, conforme disposto no número anterior, não se aplica, desde que, cumulativamente:

a) Até um terço dos seus componentes tenha sido removido e substituído;

b) Essa operação seja efetuada por um operador económico registado e autorizado a proceder ao tratamento e marcação ou autorizado a proceder ao fabrico e marcação de material de embalagem de madeira;

c) Cada novo componente introduzido apenas seja utilizado se for previamente tratado por um operador económico autorizado a efetuar o tratamento e marcado pelo operador económico registado que efetua a reparação;

d) Não contenha marcas de mais do que dois operadores económicos diferentes.

3 — Os reparadores de material de embalagem de madeira não registados para proceder ao tratamento e marcação ou ao fabrico e marcação de material de embalagem de madeira estão obrigados ao cumprimento do disposto no n.º 1, não podendo, em caso algum, proceder à aposição de marca.

#### Artigo 20.º

##### **Restrições à circulação, receção, armazenamento, exportação e expedição de material de embalagem de madeira e madeira de coníferas, colmeias e ninhos**

1 — É proibida a circulação entre o território continental e a ilha da Madeira de material de embalagem de madeira de coníferas, referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º, não tratado e não marcado nos termos do presente decreto-lei.

2 — É proibida a colocação em circulação pelos operadores económicos que procedem ao fabrico ou reparação de material de embalagem de madeira de coníferas na ZR desse material por eles fabricado ou reparado que não se encontre tratado e marcado nos termos do presente decreto-lei, salvo se esse material se destinar, comprovadamente, ao local de tratamento.

3 — É proibida a expedição para fora da ZR de material de embalagem de madeira de coníferas e de colmeias e ninhos, não tratado e não marcado nos termos do presente decreto-lei, referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º, quando se destine aos outros Estados-Membros ou à ZI.

4 — É proibida a expedição para a ZT de material de embalagem de madeira de coníferas e de colmeias e ninhos, não tratado e não marcado nos termos do presente decreto-lei, referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º, proveniente da restante ZR.

5 — É proibida a exportação para países terceiros de material de embalagem de madeira de qualquer espécie, não tratado e não marcado, nos termos do presente decreto-lei, referido na alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º

6 — É proibida a circulação entre o território continental e a ilha da Madeira de madeira não processada de coníferas, incluindo casca isolada, estilha, partículas, aparas e desperdícios, referida no n.º 2 do artigo 14.º, não tratada nos termos do presente decreto-lei e desacompanhada do passaporte fitossanitário indicado no n.º 7 do artigo 17.º

7 — É proibida a expedição para fora da ZR de madeira não processada de coníferas, incluindo casca isolada, estilha, partículas, aparas e desperdícios, referida no n.º 2 do artigo 14.º, não tratada nos termos do presente decreto-lei e desacompanhada pelo passaporte ou certificado fitossanitários indicados no n.º 7 do artigo 17.º

8 — É proibida a receção, armazenamento ou expedição na ZT de material de embalagem de madeira de coníferas e de colmeias e ninhos, não tratado e não marcado nos termos do presente decreto-lei, referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º, proveniente da ZR, exceto ZT.

9 — É proibida a receção, o armazenamento ou a expedição na ZI de material de embalagem de madeira de coníferas e de colmeias e ninhos, não tratado e não marcado nos termos do presente decreto-lei, referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º, proveniente da ZR.

10 — É proibida a receção, armazenamento ou expedição na ZT de madeira não processada de coníferas, incluindo casca isolada, estilha, partículas, aparas e desperdícios, referida no n.º 2 do artigo 14.º, proveniente da restante ZR, não tratada nos termos do presente decreto-lei e desacompanhada do passaporte fitossanitário referido no n.º 7 do artigo 17.º

11 — É proibida a receção, armazenamento ou expedição na ZI de madeira não processada de coníferas, incluindo casca isolada, estilha, partículas, aparas e desperdícios, referida no n.º 2 do artigo 14.º, proveniente da ZR, não tratada nos termos do presente decreto-lei e desacompanhada do passaporte fitossanitário referido no n.º 7 do artigo 17.º

#### Artigo 21.º

##### **Responsabilidade dos agentes económicos em geral**

1 — O cumprimento do disposto no artigo anterior é da responsabilidade de qualquer pessoa singular ou coletiva, em especial dos operadores económicos ou quaisquer outros agentes económicos que:

a) Procedem à comercialização de material de embalagem de madeira, de colmeias e ninhos e de madeira de coníferas;

b) Procedem à expedição de madeira de coníferas, de colmeias e ninhos e de material de embalagem de madeira de coníferas, quer esteja ou não a acondicionar mercadorias;

c) Embalam ou acondicionam mercadorias;

d) Transportam mercadorias, incluindo madeira de coníferas, colmeias e ninhos e material de embalagem de madeira, quer estejam ou não a acondicionar a mercadoria;

e) Procedem ao fabrico e ou à reparação de material de embalagem de madeira e de colmeias e ninhos.

2 — É dever geral dos sujeitos referidos no número anterior certificarem-se que as mercadorias a circular, comercializar, exportar, expedir, embalar e a transportar cumprem o disposto no artigo anterior.

3 — Para efeitos do presente decreto-lei, a responsabilidade dos sujeitos referidos nos números anteriores na comercialização, circulação e expedição abrange toda e qualquer movimentação em trânsito de coníferas hospedeiras, madeira de coníferas, colmeias e ninhos e material de embalagem de madeira, quer esteja ou não a ser utilizado no transporte de mercadorias, independentemente de ter ou não chegado ao respetivo destino.

## CAPÍTULO IV

## Prerrogativas de inspeção e fiscalização

## Artigo 22.º

## Notificações

1 — As notificações efetuadas ao abrigo do presente decreto-lei, pelos serviços de inspeção fitossanitária do ICNF, I. P., da DGAV e das DRAP, constituem medidas de proteção fitossanitária.

2 — As notificações relativas às operações e imposições previstas no presente decreto-lei são efetuadas por via postal, transmissão eletrónica de dados ou por contacto pessoal com o notificando, no lugar em que for encontrado e, caso este se revele impossível, por edital afixado nos locais habituais, podendo, em ambos os casos, ser igualmente entregues ou comunicadas ao notificando pelas restantes entidades referidas no n.º 5.

3 — Consideram-se locais habituais, para efeitos do presente decreto-lei, os locais de afixação do ICNF, I. P., e das DRAP, bem como os existentes nas autarquias locais e nas unidades centrais e territoriais da GNR e da Polícia de Segurança Pública (PSP).

4 — As notificações por edital consideram-se efetuadas a partir do 6.º dia útil, contado da data da sua afixação.

5 — O procedimento de notificação por edital efetua-se pela sua remessa às DRAP, às câmaras municipais, ao Comando-Geral da GNR e à Direção Nacional da PSP, ficando estas entidades incumbidas da sua divulgação ao nível das unidades centrais e das unidades territoriais envolvidas nos casos concretos.

6 — Cada câmara municipal remete os editais às juntas de freguesia abrangidas pelo seu espaço geográfico e envolvidas nos casos concretos, para que estas promovam a sua divulgação nos respetivos locais de afixação.

## Artigo 23.º

## Inspeção e fiscalização

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 3.º e das competências atribuídas por lei a outras entidades em razão da matéria ou da área de jurisdição, a fiscalização do disposto no presente decreto-lei compete ao ICNF, I. P., à DGAV, às DRAP, à Autoridade Tributária e Aduaneira, à ASAE, à GNR, à PSP, às polícias municipais e às restantes forças de segurança com intervenção em espaços florestais, ainda que situados em perímetro urbano.

2 — As entidades administrativas e as forças de segurança devem colaborar nos atos de inspeção e fiscalização, sempre que for solicitada a sua intervenção ou oficiosamente, logo que tomem conhecimento de factos relevantes para os efeitos do presente decreto-lei.

3 — Os responsáveis pelos estabelecimentos e locais onde se exerçam atividades a inspecionar ou tenham lugar quaisquer atos a executar são obrigados a facultar a entrada e a permanência às autoridades de inspeção, fiscalização ou vigilância, bem como às que tenham como incumbência a execução de atos de cumprimento de normas previstas no presente decreto-lei, desde que se encontrem no exercício das suas funções.

4 — O dever referido no número anterior é considerado de especial interesse público e envolve, entre outras obrigações, a apresentação de documentos, livros, registos e quaisquer outros elementos que lhes sejam exigidos, a prestação de informações solicitadas e a não oposição à

prática dos atos que devam ser executados pelas autoridades competentes, com respeito dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

5 — Em qualquer caso e sem necessidade de pendência de processo, pode ser solicitada a imediata intervenção das forças de segurança, sempre que ocorrerem obstruções ao acesso referido no n.º 3, a fim de as remover.

## CAPÍTULO V

## Regime sancionatório

## Artigo 24.º

## Contraordenações

1 — Constituem contraordenações puníveis com coima as seguintes infrações:

a) A não inscrição dos operadores económicos no registo oficial, em violação das alíneas a) e b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º;

b) A não inscrição dos operadores económicos no registo oficial, em violação da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º;

c) A não comunicação das alterações dos elementos constantes do registo oficial, em violação do n.º 9 do artigo 4.º;

d) A não comunicação prévia do ato de abate e ou desramação de coníferas hospedeiras, bem como do ato de colocação em circulação de madeira de coníferas na ZR, em violação dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º;

e) A não comunicação prévia pelo responsável do ato de abate e ou desramação de coníferas hospedeiras, ou pelo fornecedor da madeira de coníferas colocada em circulação, em violação do n.º 3 do artigo 6.º;

f) A não apresentação do manifesto de abate, desramação e circulação durante a operação de abate ou desramação, pelo executor do ato, em violação do n.º 4 do artigo 6.º;

g) A não apresentação pelo transportador do manifesto de abate, desramação e circulação durante a circulação de madeira de coníferas, ou a circulação da madeira em desconformidade com o declarado no manifesto, em violação do n.º 5 do artigo 6.º;

h) A não eliminação dos sobrantes resultantes das operações de abate e desramação, pelo declarante do manifesto de abate, desramação e circulação, em violação do n.º 6 do artigo 6.º;

i) A receção, pelos agentes económicos, de madeira de coníferas que não esteja acompanhada do manifesto de abate, desramação e circulação, bem como a sua não conservação pelo período de dois anos, em violação do n.º 7 do artigo 6.º;

j) A não conservação pelo período de dois anos, pelo fornecedor de madeira de coníferas, das cópias dos manifestos de abate, desramação e circulação de toda a madeira que fornece, em violação do n.º 8 do artigo 6.º;

k) O não abate ou a não eliminação dos sobrantes de árvores com sintomas de declínio localizadas na ZR, exceto ZT e LI, ou a execução deficiente destas operações, em violação dos n.ºs 1 a 3 do artigo 7.º;

l) O não abate ou a não eliminação dos sobrantes de árvores com sintomas de declínio localizadas na ZT e nos LI, ou a execução deficiente destas operações, em violação dos n.ºs 1 a 3 do artigo 7.º;

m) O não cumprimento das exigências estabelecidas nos artigos 9.º e 10.º e no anexo I, em violação do n.º 4 do artigo 7.º;



n) A não comunicação ao ICNF, I. P., da deteção de árvores com sintomas de declínio na ZT, em violação do n.º 5 do artigo 7.º;

o) O não abate ou a não eliminação dos sobrantes de árvores com e sem sintomas de declínio localizadas na ZT, após notificação para o efeito do ICNF, I. P., em violação dos n.ºs 1 e 2 do artigo 7.º-B;

p) O não cumprimento das exigências fitossanitárias estabelecidas nos anexos I e IV, correspondentes a coníferas com sintomas de declínio, em violação do n.º 3 do artigo 7.º-B;

q) O não abate ou a não eliminação dos sobrantes de árvores sem sintomas de declínio localizadas na ZR, em violação dos n.ºs 1 e 2 do artigo 9.º;

r) O não cumprimento das exigências fitossanitárias estabelecidas para a circulação da madeira e sobrantes de coníferas, com e sem sintomas de declínio, na ZR, em violação das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 10.º;

s) O não cumprimento das exigências fitossanitárias estabelecidas para a circulação da madeira e sobrantes de coníferas, com e sem sintomas de declínio, na ZR, em violação das alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 11.º;

t) O não cumprimento das exigências fitossanitárias estabelecidas para o armazenamento na ZR de madeira de coníferas com ou sem sintomas de declínio e respetivos sobrantes, em violação do artigo 11.º;

u) A circulação e expedição de coníferas hospedeiras provenientes da ZR, destinadas ou não à plantação, que não se encontrem acompanhadas pelo respetivo passaporte fitossanitário, em violação dos n.ºs 1 e 2 do artigo 12.º;

v) A não destruição sob controlo das coníferas hospedeiras infestadas e a não aplicação às restantes coníferas hospedeiras das medidas de proteção fitossanitária notificadas, em violação do n.º 3 do artigo 12.º;

w) O não cumprimento das medidas de proteção fitossanitária e respetivos requisitos técnicos específicos constantes do protocolo de higiene aplicável aos veículos que transportem madeira e às máquinas e outros equipamentos utilizados para a sua transformação, em violação do artigo 12.º-A;

x) O exercício de atividades não autorizadas pelo registo oficial dos operadores económicos, ainda que registados, em violação do n.º 1 do artigo 15.º;

y) A atribuição a terceiros da aposição da marca e a utilização indevida da marca ou do passaporte fitossanitário por parte dos operadores económicos registados, em violação dos n.ºs 2 e 3 do artigo 15.º;

z) O exercício de atividades por parte daqueles a quem o registo oficial foi suspenso ou cancelado, em violação dos n.ºs 8 e 9 do artigo 15.º;

aa) O não cumprimento por parte dos agentes económicos das obrigações, exigências fitossanitárias e dos requisitos técnicos específicos, em violação dos artigos 17.º, 18.º, 19.º, 19.º-A e 21.º e do anexo V;

bb) A circulação entre o território continental e a ilha da Madeira de material de embalagem de madeira de coníferas, que não se encontre tratado e marcado, em violação do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

cc) A colocação em circulação pelos fabricantes ou reparadores de material de embalagem de madeira de coníferas na ZR, que não se encontre tratado e marcado, em violação do n.º 2 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

dd) A expedição para fora da ZR de material de embalagem de madeira de coníferas e de colmeias e ninhos, que não se encontre tratado e marcado e se destine aos

outros Estados-Membros ou à ZI, em violação do n.º 3 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

ee) A expedição para a ZT de material de embalagem de madeira de coníferas e de colmeias e ninhos, que não se encontre tratado e marcado, proveniente da restante ZR, em violação do n.º 4 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

ff) A receção, armazenamento ou expedição na ZT de material de embalagem de madeira de coníferas e de colmeias e ninhos, que não se encontre tratado e marcado, proveniente da ZR, exceto ZT, em violação do n.º 5 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

gg) A receção, armazenamento ou expedição na ZI de material de embalagem de madeira de coníferas e de colmeias e ninhos, que não se encontre tratado e marcado, proveniente da ZR, em violação do n.º 6 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

hh) A exportação para países terceiros de material de embalagem de madeira de qualquer espécie, que não se encontre tratado e marcado, em violação do n.º 7 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

ii) A circulação entre o território continental e a ilha da Madeira de madeira não processada de coníferas, incluindo casca isolada, estilha, partículas, aparas e desperdícios, que não se encontre tratada e acompanhada do passaporte fitossanitário, em violação do n.º 8 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

jj) A circulação para fora da ZR de madeira não processada de coníferas, incluindo casca isolada, estilha, partículas, aparas e desperdícios, que não se encontre tratada e acompanhada do passaporte fitossanitário, em violação do n.º 9 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

kk) A receção, armazenamento ou expedição na ZT de madeira não processada de coníferas, incluindo casca isolada, estilha, partículas, aparas e desperdícios, proveniente da restante ZR, que não se encontre tratada e acompanhada do passaporte fitossanitário, em violação do n.º 10 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

ll) A receção, armazenamento ou expedição na ZI de madeira não processada de coníferas, incluindo casca isolada, estilha, partículas, aparas e desperdícios, proveniente da ZR, que não se encontre tratada e acompanhada do passaporte fitossanitário, em violação do n.º 11 do artigo 20.º e do artigo 21.º;

mm) O não cumprimento das medidas de proteção fitossanitária notificadas, em violação do artigo 22.º;

nn) O impedimento à entrada e permanência nos estabelecimentos e locais onde se exercem as atividades a inspecionar ou tenham lugar quaisquer atos a executar, assim como a não apresentação de documentos, a não prestação de informações e oposição à prática de atos devidos, em violação dos n.ºs 3 e 4 do artigo anterior;

oo) A não informação imediata aos serviços oficiais do conhecimento ou suspeita da presença do NMP, bem como o não fornecimento àqueles serviços das informações solicitadas relativas à presença do NMP por quem as possua.

2 — As contraordenações previstas nas alíneas dd), hh) e jj) do número anterior são puníveis, ainda que o conhecimento da realização da respetiva expedição ou exportação venha a ser obtido por notificação oficial emitida por um Estado-Membro ou país terceiro.

3 — As contraordenações previstas nas alíneas a), b), c), f), g), i), j) e w) do n.º 1 são puníveis com as seguintes coimas:

a) De € 50 a € 500, quando cometidas por pessoas singulares;

b) De € 250 a € 5000, quando cometidas por pessoas coletivas.

4 — As contraordenações previstas nas alíneas *d), e), l), m), n), q), s), t), u), x), y), aa), bb), cc), gg), hh), ii), jj), nn) e oo)* do n.º 1 são puníveis com as seguintes coimas:

a) De € 250 a € 2500, quando cometidas por pessoas singulares;

b) De € 2500 a € 25 000, quando cometidas por pessoas coletivas.

5 — As contraordenações previstas nas alíneas *h), k), o), p), r), v), z), dd), ee), ff), kk), ll) e mm)* do n.º 1 são puníveis com as seguintes coimas:

a) De € 1000 a € 3700, quando cometidas por pessoas singulares;

b) De € 10 000 a € 44 000, quando cometidas por pessoas coletivas.

6 — A tentativa e a negligência são puníveis, reduzindo-se para metade os limites mínimos e máximos dos montantes das coimas

#### Artigo 25.º

##### Sanções acessórias

1 — Em função da gravidade da infração e da culpa do agente, podem ser aplicadas, simultaneamente com as coimas, as seguintes sanções acessórias:

a) Perda a favor do Estado dos instrumentos pertencentes ao agente, designadamente maquinaria, veículos ou quaisquer outros objetos, que serviram ou estavam destinados a servir para a prática da contraordenação;

b) Perda a favor do Estado dos bens ou produtos pertencentes ao agente resultantes da prática da contraordenação;

c) Interdição do exercício de profissões ou atividades cujo exercício dependa de título público ou de autorização ou homologação de autoridade pública e se relacione com a prática da contraordenação, desde que esta tenha sido praticada com flagrante e grave abuso da função que exerce ou com manifesta e grave violação dos deveres que lhe são inerentes;

d) Privação da atribuição de subsídios ou outros benefícios outorgados ou a outorgar por entidades ou serviços públicos, no âmbito da atividade florestal, desde que a contraordenação tenha sido praticada no exercício ou por causa da atividade a favor da qual é atribuído o subsídio ou o benefício;

e) Privação do direito de participar em feiras e mercados, desde que a contraordenação tenha sido praticada durante ou por causa da participação em feira ou mercado;

f) Privação do direito de participar em procedimentos de contratação pública que tenham por objeto a empreitada ou a concessão de obras públicas, o fornecimento de bens e serviços, a concessão de serviços públicos e a atribuição de licenças ou alvarás, desde que a contraordenação tenha sido praticada durante ou por causa dos atos públicos ou no exercício ou por causa das atividades mencionadas;

g) Encerramento de estabelecimento cujo funcionamento esteja sujeito a autorização ou licença de autoridade administrativa e cuja atividade esteja abrangida pelas disposições previstas no presente decreto-lei, desde que a

contraordenação tenha sido praticada no exercício ou por causa dessa atividade;

h) Suspensão da licença ou da autorização de corte ou abate, desde que a contraordenação tenha sido praticada no exercício ou por causa de qualquer dessas atividades;

i) Suspensão dos efeitos do formulário de manifestação de exploração florestal.

2 — As sanções referidas nas alíneas *c)* a *i)* do número anterior têm a duração máxima de dois anos, contados a partir da decisão condenatória definitiva.

3 — A sanção referida na alínea *c)* do n.º 1 deve ser comunicada à respetiva ordem profissional ou associação de direito público, quando legalmente exigível.

4 — No caso de uma conduta contraordenacional ter ocasionado um grave risco de dispersão do NMP, deve ser dada publicidade à decisão condenatória definitiva de aplicação da coima, mediante a afixação de editais pelo ICNF, I. P., e DRAP da área onde foi praticada a infração.

#### Artigo 26.º

##### Autos, instrução e decisão de processos

1 — Sem prejuízo das competências atribuídas por lei às autoridades policiais, fiscalizadoras e de inspeção, a instrução de processos de contraordenação são da competência:

a) Do ICNF, I. P., relativamente às infrações previstas nas alíneas *a)* e *c)* a *w)*, bem como nas alíneas *mm)* e *nn)* do n.º 1 do artigo 24.º, no que se refere a atos fiscalizados pelo ICNF, I. P.;

b) Das DRAP, relativamente às infrações previstas nas alíneas *b)* e *x)* a *aa)*, bem como nas alíneas *mm)* e *nn)* do n.º 1 do artigo 24.º, no que se refere a atos fiscalizados pelas DRAP;

c) Da ASAE, relativamente às infrações previstas nas alíneas *bb)* a *ll)* do n.º 1 do artigo 24.º

2 — A aplicação das coimas e das sanções acessórias compete:

a) Ao presidente do ICNF, I. P., nos casos referidos na alínea *a)* do número anterior;

b) Ao diretor-geral de Alimentação e Veterinária relativamente a processos instaurados ao abrigo da alínea *b)* do número anterior;

c) Ao inspetor-geral da ASAE nos casos a que se reporta a alínea *c)* do número anterior.

3 — Quando os autos de notícia sejam levantados por entidades diversas das referidas nas alíneas *a)* a *c)* do n.º 1, os mesmos são remetidos às entidades nelas mencionadas para instrução dos correspondentes processos de contraordenação.

4 — Sem prejuízo do levantamento dos autos de notícia pela prática das infrações previstas nas alíneas *bb)* e *dd)* a *ll)* do n.º 1 do artigo 24.º, os infratores são de imediato notificados pela entidade autuante para adotar os procedimentos que se revelem possíveis em face das circunstâncias concretas, designadamente.

a) Se o material não conforme for composto de materiais de embalagem de madeira efetivamente utilizados no transporte de mercadorias, devolução, sob controlo oficial, ao local de expedição, ou a um local perto da localização de

interceção, para reembalagem desses objetos e destruição dos materiais de embalagem de madeira;

b) Deslocar-se, sob controlo oficial, com a mercadoria às instalações de um operador económico registado, à sua escolha e por si indicado, para efetuar o tratamento fitossanitário do material em infração;

c) Deslocar-se, sob controlo oficial, com a mercadoria a um local de queima apropriado, à sua escolha e por si indicado, para efetuar a destruição do material em infração.

5 — A notificação referida no número anterior descreve os factos ocorridos, identifica o infrator e os procedimentos que este assume cumprir mediante assinatura.

6 — Como medida cautelar do cumprimento do disposto nos n.ºs 4 e 5, a entidade autuante pode proceder à apreensão dos meios ou da documentação que suporta a infração, os quais devem ser levantados pelo agente em infração após apresentação de comprovativo idóneo do cumprimento da notificação.

7 — *[Revogado.]*

#### Artigo 27.º

##### Produto das coimas

O produto das coimas aplicadas reverte em:

- a) 15 % para a entidade que houver levantado o auto;
- b) 20 % para a entidade instrutora;
- c) 5 % para a entidade decisora;
- d) 60 % para os cofres do Estado.

### CAPÍTULO VI

#### Enquadramento financeiro e análise documental

#### Artigo 28.º

##### Ajudas financeiras

*[Revogado.]*

#### Artigo 29.º

##### Enquadramento e verificação de despesa

*[Revogado.]*

### CAPÍTULO VII

#### Disposições finais

#### Artigo 30.º

##### Regulamentação

A regulamentação das medidas de proteção fitossanitária previstas no presente decreto-lei é aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área da agricultura.

#### Artigo 31.º

##### Taxas

1 — Pelos atos de inspeção fitossanitária decorrentes do disposto no presente decreto-lei respeitantes à produção, comercialização e exportação de coníferas hospedeiras destinadas à plantação e respeitantes à exportação de madeira

de coníferas são devidas as taxas previstas no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro.

2 — Pelos atos de inspeção fitossanitária complementares realizados pelo ICNF, I. P., pela DGAV e pelas DRAP, decorrentes do disposto no presente decreto-lei, são devidas taxas de montante e regime fixados por portaria do membro do Governo responsável pela área da agricultura.

#### Artigo 31.º-A

##### Tramitação eletrónica

1 — As plataformas utilizadas para a tramitação eletrónica dos procedimentos administrativos previstos no presente decreto-lei devem:

a) Recorrer a meios de autenticação segura, designadamente através do cartão de cidadão ou da chave móvel digital, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 37/2014, de 26 de junho;

b) Disponibilizar informação e dados em formatos abertos, que permitam a leitura por máquina, nos termos da Lei n.º 36/2011, de 21 de junho;

c) Assegurar a interligação com a plataforma de interoperabilidade da Administração Pública e com o sistema de pesquisa *online* de informação pública a que se refere o Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 29/2000, de 13 de março, 72-A/2010, de 18 de junho, e 73/2014, de 13 de maio.

2 — No âmbito dos procedimentos administrativos previstos no presente decreto-lei, os requerentes podem solicitar a dispensa da apresentação dos documentos em posse de qualquer serviço ou organismo da Administração Pública, nos termos do artigo 28.º-A do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 29/2000, de 13 de março, 72-A/2010, de 18 de junho, e 73/2014, de 13 de maio.

#### Artigo 32.º

##### Manutenção da validade dos registos

Mantêm-se válidos os atos praticados ao abrigo da legislação e regulamentação revogada pelo presente decreto-lei, incluindo os decorrentes do registo de operadores económicos.

#### Artigo 33.º

##### Regime subsidiário

1 — Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente decreto-lei, é subsidiariamente aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro, e na Decisão de Execução n.º 2012/535/UE, da Comissão, de 26 de setembro de 2012 alterada pela Decisão de Execução n.º 2015/226/UE, da Comissão, de 11 de fevereiro de 2015.

2 — Às contraordenações previstas no presente decreto-lei é subsidiariamente aplicável o regime geral do ilícito de mera ordenação social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 356/89, de 17 de outubro, 244/95, de 14 de setembro, e 323/2001, de 17 de dezembro, e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro.

## Artigo 34.º

## Regiões Autónomas

1 — Sem prejuízo das competências atribuídas por lei ao ICNF, I. P., à DGAV, os atos e os procedimentos necessários à execução do presente decreto-lei nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira competem às entidades das respetivas administrações regionais com atribuições e competências nas matérias em causa.

2 — O produto das coimas aplicadas nas Regiões Autónomas constitui receita própria destas.

3 — O produto das taxas aplicadas nas Regiões Autónomas constitui receita própria destas, sem prejuízo da aplicação do regime de repartição a que haja lugar, nos termos previstos na legislação a que se refere o artigo 31.º

## Artigo 35.º

## Norma revogatória

São revogadas:

- a) As alíneas c) a e) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro;
- b) A Portaria n.º 103/2006, de 6 de fevereiro;
- c) A Portaria n.º 815/2006, de 16 de agosto;
- d) A Portaria n.º 321/2007, de 23 de março;
- e) A Portaria n.º 553-B/2008, de 27 de junho, com exceção do seu artigo 6.º;
- f) A Portaria n.º 1339-A/2008, de 20 de novembro;
- g) A Portaria n.º 230-B/2009, de 27 de fevereiro;
- h) A Portaria n.º 1460/2009, de 31 de dezembro.

## ANEXO I

**Medidas aplicáveis à desramação e ao abate coníferas hospedeiras e eliminação de sobrantes resultantes do abate, na zona de restrição (ZR)**

TABELA

Origem	Tipo de material	Sintomatologia	Exigências fitossanitárias		
			Período do ano/Ação		
			1 de novembro a 1 de abril	2 de abril a 31 de outubro	
Local de intervenção (LI).	Coníferas hospedeiras.	Com sintomas	a) Abate imediato de árvores identificadas com sintomas de declínio.		
		Sem sintomas	b) Sem exigências fitossanitárias ao abate e à desramação.		
	Sobrantes do abate incluindo as lenhas.	Com sintomas	c) Queima imediata em local apropriado situado dentro do mesmo LI ou LI contíguo;		
		Sem sintomas	d) Transformação imediata em estilha num destino registado localizado dentro do mesmo LI ou LI contíguo, podendo esta, caso tenha dimensões inferiores ou iguais a 3 cm, permanecer no local de abate		
Restante Zona de Restrição (restante ZR).	Coníferas hospedeiras.	Com sintomas	e) Abate de árvores identificadas com sintomas de declínio durante este período.	f) Abate imediato de árvores identificadas com sintomas de declínio durante este período.	
		Sem sintomas	g) Sem exigências fitossanitárias ao abate e à desramação.		
	Sobrantes do abate incluindo as lenhas.	Com sintomas	h) Queima em local apropriado; ou	k) Queima imediata em local apropriado; ou	
		Sem sintomas	i) Transformação em estilha num destino registado podendo esta, caso tenha di-		
	Zona Tampão (ZT)	Coníferas hospedeiras.	Com sintomas	n) Abate imediato de árvores identificadas com sintomas de declínio.	
			Sem sintomas	o) Sem exigências ao abate.	
Sobrantes do abate incluindo as lenhas.		Com sintomas	p) Queima imediata no local; ou		
		Sem sintomas	q) Transformação imediata em estilha no local com dimensões inferiores ou iguais a 3 cm, podendo permanecer no local de abate.		

## ANEXO II

**Medidas aplicáveis a circulação e armazenamento de madeiras de coníferas hospedeiras na zona de restrição provenientes de um local de intervenção (LI)**

TABELA I

**Circulação e armazenamento de madeira de coníferas de local de intervenção (LI) para local de intervenção (LI)**

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias — Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Madeira Ø > 20 cm	Com sintomas	a) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	b) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	c) Para a mesma LI ou LI contíguos — transporte para destino A: sem exigências fitossanitárias; d) Para outras LI — transporte para destinos A: sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	e) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
	Sem sintomas	f) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	g) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	h) Para a mesma LI ou LI contíguos — transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias; i) Para outras LI — transporte para destinos B: sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	j) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
Madeira Ø ≤ 20 cm	Com sintomas	k) Para a mesma LI ou LI Contíguas — transporte para destino A: sem exigências fitossanitárias; l) Para outras LI — transporte para destino A: sujeito à medida 1.	m) Armazenamento sujeito à medida 4.	n) Para a mesma LI ou LI Contíguas — transporte para destino A: sem exigências fitossanitárias; o) Para outras LI — Não pode circular.	p) Na mesma LI ou LI contíguas — armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 5.
	Sem sintomas	q) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	r) Armazenamento sujeito à medida 4.	s) Para a mesma LI ou LI Contíguas — Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias; t) Para outras LI — transporte para destinos B: sujeito às medidas 1 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	u) Armazenamento sujeito cumulativamente às medidas 6 e 5.
Sobrantes .....		v) Para a mesma LI ou LI Contíguas — Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias; w) Para outras LI — Não pode circular.	x) Na mesma LI ou LI contíguas armazenamento sujeito à medida 4.	y) Para a mesma LI ou LI Contíguas — Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias; z) Para outras LI — Não pode circular.	aa) Na mesma LI ou LI contíguas armazenamento sujeito à medida 5.
Estilha ≤ 3 cm .....		bb) Transporte sem exigências fitossanitárias.	cc) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	dd) Transporte sem exigências fitossanitárias.	ee) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Estilha > 3 cm .....		ff) Transporte para destinos A: sujeito à medida 1.	gg) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	hh) Para a mesma LI ou LI Contíguas — Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias;	jj) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3, em alternativa).

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias			
		Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Estilha > 3 cm . . . . .				<i>ii)</i> Para outras LI — Transporte para destinos A: sujeito às medidas 1 e 2 (ou 3, em alternativa).	
Casca isolada . . . . .	<i>kk)</i> Para a mesma LI ou LI Contíguas — Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias; <i>ll)</i> Para outras LI — Transporte para destinos A: sujeito à medida 1.	<i>mm)</i> Armazenamento sem exigências fitossanitárias.		<i>nn)</i> Para a mesma LI ou LI Contíguas — Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias; <i>oo)</i> Para outras LI — Transporte para destinos A: sujeito à medida 1.	<i>pp)</i> Armazenamento sujeito à medida 6.
Costaneiros sem casca . . . . .	<i>qq)</i> Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	<i>rr)</i> Armazenamento sem exigências fitossanitárias.		<i>ss)</i> Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	<i>tt)</i> Armazenamento sem exigências fitossanitárias.

TABELA II

## Circulação e armazenamento de madeira de coníferas de local de intervenção (LI) para restante zona de restrição (restante ZR)

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias			
		Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Madeira Ø > 20 cm	Com sintomas	<i>a)</i> Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	<i>b)</i> Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>c)</i> Transporte para destinos A: sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	<i>d)</i> Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
	Sem sintomas	<i>e)</i> Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>f)</i> Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>g)</i> Transporte para destinos B: sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	<i>h)</i> Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
Madeira Ø ≤ 20 cm	Com sintomas	<i>i)</i> Transporte para destinos A: sujeito às medidas 1 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	<i>j)</i> Armazenamento sujeito, cumulativamente às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa) e 4.	<i>k)</i> Não pode circular. . .	<i>l)</i> Não pode ser rececionado.
	Sem sintomas	<i>m)</i> Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>n)</i> Armazenamento sujeito à medida 4.	<i>o)</i> Não pode circular. . .	<i>p)</i> Não pode ser rececionado.
Sobrantes . . . . .		<i>q)</i> Não pode circular. . .	<i>r)</i> Não pode ser rececionado.	<i>s)</i> Não pode circular. . .	<i>t)</i> Não pode ser rececionado.
Estilha ≤ 3 cm . . . . .		<i>u)</i> Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>v)</i> Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>w)</i> Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>x)</i> Armazenamento sem exigências fitossanitárias.

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias			
		Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Estilha > 3 cm . . . . .		y) Transporte para destinos A: sujeito à medida 1.	z) Armazenamento sujeito à medida 4.	aa) Não pode circular. . .	bb) Não pode ser rececionado.
Casca isolada . . . . .		cc) Transporte para destinos A: sujeito à medida 1.	dd) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	ee) Transporte para destinos A: sujeito à medida 1.	ff) Armazenamento sujeito à medida 6.
Costaneiros sem casca . . . . .		gg) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	hh) Armazenamento sujeito à medida 4.	ii) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	jj) Armazenamento sujeito à medida 5.

## Legenda das tabelas I e II:

Destinos A — O material lenhoso deve ir para destinos registados que garantam, em alternativa, o processamento, tratamento ou destruição do material lenhoso transportado;

Destinos B — O material lenhoso deve ir para destinos registados que garantam a transformação (descasque e serragem, ou esquadriamento, ou aplainamento, de forma a garantir que não seja mantida a superfície natural arredondada da madeira ou estilhagem) do material lenhoso transportado;

Medida 1 — Transporte em camião coberto ou contentor fechado;

Medida 2 — Transporte/armazenamento sujeito a aplicação de produto fitofarmacêutico autorizado, de acordo com procedimentos definidos pela DGAV;

Medida 3 — Transporte/armazenamento sujeito ao uso de dispositivo de proteção fitossanitária impregnado com produto fitofarmacêutico inseticida autorizado pela DGAV;

Medida 4 — Processamento, tratamento, destruição ou processamento obrigatórios até 1 de abril;

Medida 5 — Processamento, tratamento, destruição ou processamento imediato (até 15 dias);

Medida 6 — Colocação obrigatória de armadilhas;

Medida 7 — Descasque imediato do material lenhoso.

## ANEXO III

**Medidas aplicáveis à circulação e ao armazenamento de madeiras de coníferas hospedeiras na zona de restrição provenientes da restante zona de restrição (restante ZR)**

TABELA I

**Circulação e armazenamento de madeira de coníferas de restante zona de restrição (restante ZR) para local de intervenção (LI)**

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias			
		Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Madeira Ø > 20 cm	Com sintomas	a) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	b) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	c) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	d) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
	Sem sintomas	e) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	f) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	g) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	h) Armazenamento sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
Madeira Ø ≤ 20 cm	Com sintomas	i) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	j) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	k) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	l) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias			
		Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Madeira $\varnothing \leq 20$ cm	Sem sintomas	<i>m</i> ) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>n</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>o</i> ) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>p</i> ) Armazenamento sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
Sobrantes .....		<i>q</i> ) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	<i>r</i> ) Armazenamento sujeito à medida 4.	<i>s</i> ) Transporte para destinos A: sujeito à medida 1.	<i>t</i> ) Armazenamento sujeito à medida 5.
Estilha $\leq 3$ cm .....		<i>u</i> ) Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>v</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>w</i> ) Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>x</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Estilha $> 3$ cm .....		<i>y</i> ) Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>z</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>aa</i> ) Transporte para destinos B: sujeito a medida 1.	<i>bb</i> ) Armazenamento sujeito à medida 6.
Casca isolada .....		<i>cc</i> ) Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>dd</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>ee</i> ) Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>ff</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Costaneiros sem casca .....		<i>gg</i> ) Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>hh</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>ii</i> ) Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>jj</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.

TABELA II

**Circulação e armazenamento de madeira de coníferas de restante zona de restrição (restante ZR) para restante zona de restrição (restante ZR)**

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias			
		Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Madeira $\varnothing > 20$ cm	Com sintomas	<i>a</i> ) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>b</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>c</i> ) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>d</i> ) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
	Sem sintomas	<i>e</i> ) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>f</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>g</i> ) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>h</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Madeira $\varnothing \leq 20$ cm	Com sintomas	<i>i</i> ) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>j</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>k</i> ) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>l</i> ) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
	Sem sintomas	<i>m</i> ) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>n</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>o</i> ) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>p</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Sobrantes .....		<i>q</i> ) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	<i>r</i> ) Armazenamento sujeito à medida 4.	<i>s</i> ) Transporte para destinos A: sujeito à medida 1.	<i>t</i> ) Armazenamento sujeito à medida 5.
Estilha $\leq 3$ cm .....		<i>u</i> ) Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>v</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>w</i> ) Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>x</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.



Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias			
		Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Estilha > 3 cm . . . . .		y) Transporte sem exigências fitossanitárias.	z) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	aa) Transporte para destinos B: sujeito a medida 1.	bb) Armazenamento sujeito à medida 6.
Casca isolada . . . . .		cc) Transporte sem exigências fitossanitárias.	dd) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	ee) Transporte sem exigências fitossanitárias.	ff) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Costaneiros sem casca . . . . .		gg) Transporte sem exigências fitossanitárias.	hh) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	ii) Transporte sem exigências fitossanitárias.	jj) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.

## Legenda das tabelas I e II:

Destinos A — O material lenhoso tem que ir para destinos registados que garantam, em alternativa, o processamento, tratamento ou destruição do mesmo;

Destinos B — O material lenhoso tem que ir para destinos registados que garantam a transformação (descasque e serragem, ou esquadriamento, ou aplainamento, de forma a garantir que não seja mantida a superfície natural arredondada da madeira ou estilhagem do material lenhoso);

Medida 1 — Transporte em camião coberto ou contentor fechado;

Medida 2 — Transporte/armazenamento sujeito a aplicação de produto fitofarmacêutico autorizado, de acordo com procedimentos definidos pela DGAV;

Medida 3 — Transporte/armazenamento sujeito ao uso de dispositivo de proteção fitossanitária impregnado com produto fitofarmacêutico inseticida autorizado pela DGAV;

Medida 4 — Processamento, tratamento, destruição ou processamento obrigatórios até 1 de abril;

Medida 5 — Processamento, tratamento, destruição ou processamento imediato (até 15 dias);

Medida 6 — Colocação obrigatória de armadilhas;

Medida 7 — Descasque imediato do material lenhoso.

## ANEXO IV

## Medidas aplicáveis a circulação e armazenamento de madeiras de coníferas hospedeiras na zona de restrição provenientes da zona tampão (ZT)

TABELA I

## Circulação e armazenamento de madeira de coníferas de zona tampão (ZT) para local de intervenção (LI)

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias			
		Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Madeira Ø > 20 cm	Com sintomas	a) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	b) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	c) Transporte imediato para destinos A: sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	d) Armazenamento sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
	Sem sintomas	e) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	f) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	g) Transporte imediato para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	h) Armazenamento sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
Madeira Ø ≤ 20 cm	Com sintomas	i) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	j) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	k) Transporte imediato para destinos A: sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	l) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias			
		Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Madeira $\varnothing \leq 20$ cm	Sem sintomas	<i>m</i> ) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>n</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>o</i> ) Transporte imediato para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>p</i> ) Armazenamento sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
Sobrantes .....		<i>q</i> ) Não pode circular. ....	<i>r</i> ) Não pode ser rececionado.	<i>s</i> ) Não pode circular. ....	<i>t</i> ) Não pode ser rececionado.
Estilha $\leq 3$ cm .....		<i>u</i> ) Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>v</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>w</i> ) Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>x</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Estilha $> 3$ cm .....		<i>y</i> ) Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>z</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>aa</i> ) Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>bb</i> ) Armazenamento sujeito à medida 6.
Casca isolada .....		<i>cc</i> ) Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>dd</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>ee</i> ) Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>ff</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Costaneiros sem casca .....		<i>gg</i> ) Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>hh</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>ii</i> ) Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>jj</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.

TABELA II

**Circulação e armazenamento de madeira de coníferas de zona tampão (ZT) para restante zona de restrição (restante ZR)**

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias			
		Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Madeira $\varnothing > 20$ cm	Com sintomas	<i>a</i> ) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>b</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>c</i> ) Transporte imediato para destinos A: sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	<i>d</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
	Sem sintomas	<i>e</i> ) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>f</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>g</i> ) Transporte imediato para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>h</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Madeira $\varnothing \leq 20$ cm	Com sintomas	<i>i</i> ) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>j</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>k</i> ) Transporte imediato para destinos A: sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	<i>l</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
	Sem sintomas	<i>m</i> ) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>n</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>o</i> ) Transporte imediato para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	<i>p</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Sobrantes .....		<i>q</i> ) Não pode circular.	<i>r</i> ) Não pode ser rececionado.	<i>s</i> ) Não pode circular.	<i>t</i> ) Não pode ser rececionado.
Estilha $\leq 3$ cm .....		<i>u</i> ) Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>v</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	<i>w</i> ) Transporte sem exigências fitossanitárias.	<i>x</i> ) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias			
		Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Estilha > 3 cm . . . . .		y) Transporte sem exigências fitossanitárias.	z) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	aa) Transporte sem exigências fitossanitárias.	bb) Armazenamento sujeito à medida 6.
Casca isolada . . . . .		cc) Transporte sem exigências fitossanitárias.	dd) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	ee) Transporte sem exigências fitossanitárias.	ff) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Costaneiros sem casca . . . . .		gg) Transporte sem exigências fitossanitárias.	hh) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	ii) Transporte sem exigências fitossanitárias.	jj) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.

TABELA III

**Circulação e armazenamento de madeira de coníferas de zona tampão (ZT) para zona tampão (ZT)**

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias			
		Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Madeira Ø > 20 cm	Com sintomas	a) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	b) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	c) Transporte imediato para destinos A: sujeito à medida 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	d) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
	Sem sintomas	e) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	f) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	g) Transporte imediato para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	h) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
Madeira Ø ≤ 20 cm	Com sintomas	i) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	j) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	k) Transporte imediato para destinos A: sujeito, cumulativamente às medidas 1 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).	l) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
	Sem sintomas	m) Transporte para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	n) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	o) Transporte imediato para destinos B: sem exigências fitossanitárias.	p) Armazenamento sujeito, cumulativamente, às medidas 6 e 2 (ou 3 ou 7, em alternativa).
Sobrantes . . . . .		q) Não pode circular. . . .	r) Não pode ser rececionado.	s) Não pode circular. . . . .	t) Não pode ser rececionado.
Estilha ≤ 3 cm . . . . .		u) Transporte sem exigências fitossanitárias.	v) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	w) Transporte para destinos B: sujeito à medida 1.	x) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Estilha > 3 cm . . . . .		y) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	z) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	aa) Transporte para os destinos A: sujeito às medidas 1 e 2 (ou 3, em alternativa).	bb) Armazenamento sujeito à medida 2 ou 3.

Tipo de material	Sintomatologia	Exigências Fitossanitárias			
		Período do ano/Ação			
		1 de novembro a 1 de abril		2 de abril a 31 de outubro	
		Transporte	Armazenamento	Transporte	Armazenamento
Casca isolada . . . . .	Com sintomas	cc) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias,	dd) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	ee) Transporte para destinos A: sujeito à medida 1.	ff) Armazenamento sujeito à medida 2 ou 3.
	Sem sintomas	gg) Transporte sem exigências fitossanitárias.	hh) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	ii) Transporte sem exigências fitossanitárias.	jj) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
Costaneiros sem casca.	Com sintomas	kk) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	ll) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	mm) Transporte para destinos A: sem exigências fitossanitárias.	nn) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.
	Sem sintomas	oo) Transporte sem exigências fitossanitárias.	pp) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.	qq) Transporte sem exigências fitossanitárias.	rr) Armazenamento sem exigências fitossanitárias.

#### Legendas das tabelas I, II e III:

Destinos A — O material lenhoso tem que ir para destinos registados que garantam, em alternativa, o processamento, tratamento ou destruição do mesmo;

Destinos B — O material lenhoso tem que ir para destinos registados que garantam a transformação (descasque e serragem, ou esquadriamento, ou aplainamento, de forma a garantir que não seja mantida a superfície natural arredondada da madeira ou estilhagem do material lenhoso);

Medida 1 — Transporte em camião coberto ou contentor fechado;

Medida 2 — Transporte/armazenamento sujeito a aplicação de produto fitofarmacêutico autorizado, de acordo com procedimentos definidos pela DGAV;

Medida 3 — Transporte/armazenamento sujeito ao uso de dispositivo de proteção fitossanitária impregnado com produto fitofarmacêutico inseticida autorizado pela DGAV;

Medida 4 — Processamento, tratamento, destruição ou processamento obrigatórios até 1 de abril;

Medida 5 — Processamento, tratamento, destruição ou processamento imediato (até 15 dias);

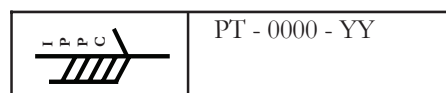
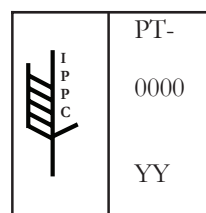
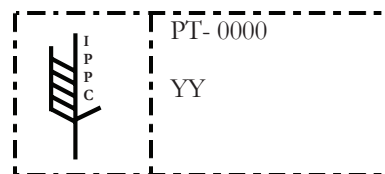
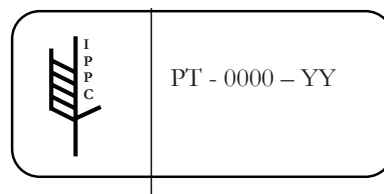
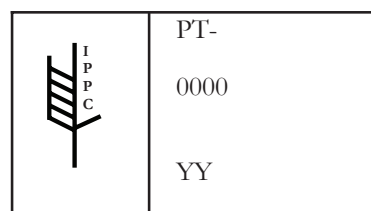
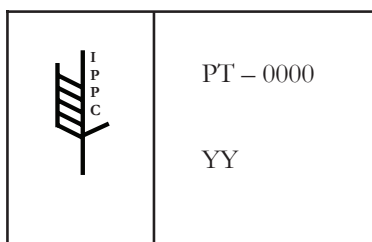
Medida 6 — Colocação obrigatória de armadilhas;

Medida 7 — Descasque imediato do material lenhoso.

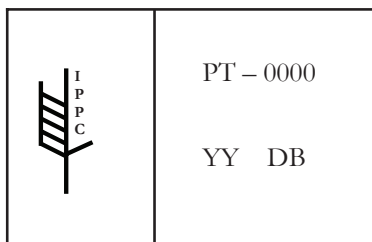
#### ANEXO V

#### Marcação do material de embalagem de madeira

1 — Deve ser utilizada uma das seguintes marcas, a apor no material de embalagem, atestando o tratamento a que foi sujeito:



2 — Marca aprovada na versão anterior da NIMF n.º 15 que pode ser utilizada até que seja efetuada substituição dos «carimbos»/«ferros»:



3 — Preenchimento da marca:

0000 — número de registo oficial do operador económico atribuído pelos serviços oficiais;

YY — tipo de tratamento:

4 — A marcação, a tinta ou a fogo, deve estar de acordo com um dos modelos indicados no n.º 1, ser legível, permanente e intransmissível e colocada em local visível, de preferência em pelo menos duas faces opostas do material sujeito a marcação.

5 — Não devem ser utilizadas as cores vermelha e laranja na marcação.

---

*I SÉRIE*



*Diário da República Eletrónico:*

Endereço Internet: <http://dre.pt>

*Contactos:*

Correio eletrónico: [dre@incm.pt](mailto:dre@incm.pt)

Tel.: 21 781 0870

Fax: 21 394 5750

Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A. Unidade de Publicações, Serviço do Diário da República, Avenida Dr. António José de Almeida, 1000-042 Lisboa